



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>Nº:</b> 2000/13	<b>DATA:</b> 18/11/2013
<b>INÍCIO:</b> 15h57min	<b>TÉRMINO:</b> 20h05min	<b>DURAÇÃO:</b> 04h08min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 04h09min	<b>PÁGINAS:</b> 99	<b>QUARTOS:</b> 50

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>
------------------------------------------

**LUIZA MAIA** - Deputada Estadual da Bahia. Vice-Presidenta da Comissão de Direitos da Mulher e Presidenta da CPI do Tráfico de Mulheres da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.  
**MAURÍCIO GONÇALVES TRINDADE** - Secretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza da Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia.  
**NEUSA CADORE** - Deputada Estadual da Bahia. Presidenta da Comissão de Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.  
**MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Governo do Estado da Bahia e Vice-Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
**VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES** - Fundadora e dirigente da Casa de Acolhimento Lar Pérolas de Cristo, da cidade de Salvador, Estado da Bahia.  
**JANE DE SOUZA** - Assistente social da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Salvador e membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador, Estado da Bahia.  
**GEORGE SILVA PAIM** - Superintende da 10ª Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no Estado da Bahia.  
**MARIA APARECIDA VIEIRA TEIXEIRA** - Relações-públicas do Batalhão Rodoviário da Polícia Militar do Estado da Bahia.  
**WALDEMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA** - Coordenador Executivo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan — CEDECA, do Estado da Bahia.  
**LÍVIA MURICY TORRES** - Promotora titular da 26ª Promotoria de Justiça e Assistência do Ministério Público do Estado da Bahia.  
**EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Juiz da 2ª Vara Especializada Criminal da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.  
**CELSO SOUZA COUTO** - Major da Polícia Militar do Estado da Bahia. Subcomandante da Coordenação de Policiamento Comunitário do Estado da Bahia.  
**VALDELICE MACHADO DE MOURA** - Ex-conselheira tutelar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia.  
**KEITH CARLA ARGOLO DOS SANTOS** - Coordenadora do Conselho Tutelar V do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia.  
**CLAUDENICE TEIXEIRA CERQUEIRA MAYO** - Delegada Titular da Delegacia para o Adolescente Infrator — DAI, do Estado da Bahia.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

---

**IVONE SANTOS** - Coordenadora do Conselho Tutelar II do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia.

**ADMAR FONTES JÚNIOR** - Coordenador do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça no Estado da Bahia.

**ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Delegada da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente — DERCA, da Polícia Civil do Estado da Bahia.

**JAIME RAMALHO NETO** - Tenente-Coronel da Polícia Militar. Coordenador da Superintendência de Prevenção à Violência, da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

**MARCOS VINICIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - Membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Bahia.

**SUMÁRIO:** Coleta de informações sobre programas e ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado da Bahia.

### OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Houve expressões ininteligíveis.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Eu quero, antes de qualquer coisa, agradecer ao Presidente desta Assembleia, Deputado Marcelo Nilo, por ter autorizado, ofertado e nos acolhido com tanta generosidade, cedendo os recursos humanos e materiais necessários para a realização desta audiência aqui nesta Casa Legislativa.

Aqui estão presentes conosco a Deputada Liliam Sá, que é Relatora desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu gostaria ainda de chamar para compor a Mesa a Deputada Neusa Cadore, que é Presidenta da Comissão de Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, e a Deputada Estadual Luiza Maia, que é Vice-Presidenta da Comissão de Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa e Presidenta da CPI de Tráfico de Pessoas desta Casa.

Então, portanto, convidando as Parlamentares, eu queria agradecer a presença a cada uma e cada um de vocês. Nós estamos aqui para discutir o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado da Bahia.

Na parte da manhã nós estivemos com o Prefeito do Município de Salvador, da Capital do Estado, Sr. Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, e estivemos com o Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, que estava na companhia de três Secretários — dois Secretários e uma Secretária de Estado, que está aqui conosco, Deputado Moema Gramacho.

Nós estamos ainda esperando...

Queria também chamar para compor a Mesa o Deputado Maurício Trindade, que é Secretário, aqui, do Governo do Estado — Secretário de Ação Social do Município. E nós estamos ainda no aguardo da presença do Deputado Roberto Britto, que é membro também desta CPI de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu chamaria também para compor a Mesa — e assim peço desculpas aos demais convidados porque não temos espaço físico para contemplá-los todos à mesa — a representante do Governador Jaques Wagner, Moema Gramacho, que é Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia e é



Vice-Presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia. Convidaria também a senhora para que pudesse compor a nossa Mesa.

Nós estamos aqui — a CPI —, depois de percorrermos uma série de Unidades da Federação, traçando um diagnóstico. Nós temos alguns dados nos quais nos baseamos, como os dados do Disque 100. Já tivemos inclusive oportunidade de discutirmos em audiência pública o próprio Disque 100, para que nós possamos, enfim, acompanhar esse mecanismo que, pensamos, é um mecanismo absolutamente fundamental para que nós possamos romper a naturalização que é construída por um País que não fez ainda o luto do colonialismo, da ditadura ou da escravidão.

O Brasil não fez o luto da lógica colonialista, na qual os pedaços de terra que foram entregues aos amigos do rei faziam com que os donos da terra também se sentissem donos das crianças, das mulheres; sentissem-se donos dos próprios trabalhadores. Nós precisamos fazer o luto do colonialismo, porque, como não fechamos esses ciclos, que todos eles têm um fio condutor, que é o fio condutor da desumanização literal e simbólica, nós convivemos com pedaços dessas realidades desses períodos traumáticos da história brasileira na nossa contemporaneidade.

E encaramos que a exploração sexual, a violência sexual, particularmente a exploração sexual, é pedaço de uma lógica de desumanização, porque ela representa a desumanização, o roubo da infância, o roubo da condição de sermos criança, uma infância, eu diria, usurpada, uma adolescência não vivenciada. E nós achamos que a exploração sexual concentra uma série de desigualdades. E, ao enfrentá-la, estamos enfrentando igualmente essas desigualdades. A desigualdade social, no caso da exploração, muito mais do que no caso do abuso, envolve relações muitas vezes interpessoais, abrigadas no lar que deveria proteger, mas é palco de violação. Mas na exploração sexual há a desigualdade social, que empurra... A pobreza empurra muitas crianças e adolescentes para a situação de exploração sexual. E, a partir daí, inicia-se uma cadeia de vitimização, que tem prosseguimento a partir do momento em que o corpo já não pertence a essas crianças, os seus direitos sexuais são negados. E essa vitimização continua no processo muitas vezes de negação da própria fala. E se fala de muitas formas, não



se fala apenas com a palavra, mas a fala dessas crianças e adolescentes muitas vezes não é escutada, é negada. As mordagens são estabelecidas.

E, por fim, muitas vezes, particularmente no caso de exploração sexual envolvendo adolescentes, nós temos uma culpabilização da sociedade pela situação de exploração sexual que essas adolescentes vivenciam. Então, é uma cadeia de vitimização que precisa ser rompida. E precisa ser rompida pela denúncia da própria sociedade, mas, além disso, é preciso que tenhamos políticas públicas para que nós possamos patrocinar o atendimento às vítimas de exploração sexual, que, via de regra, essas vítimas de exploração sexual não têm o atendimento que possibilite a interrupção da situação de exploração e a ressignificação a vida.

Eu costumo falar sobre o que disse uma menina de 13 anos. Há 2 anos houve a denúncia da violência sexual que ela sofreu. E essa menina, numa capital do Nordeste brasileiro, dizia: *“A minha vida acabou. A minha vida acabou porque já não sou pura. E ninguém irá querer casar comigo. A minha vida acabou.”* É óbvio que essa menina, depois de 2 anos de explicitada a situação de abuso, constatada a situação de violência sexual que ela vivenciou, ela não tinha tido nenhum tipo de atendimento.

Outro aspecto que nos faz dedicar atenção, que puxa atenção desta CPI, diz respeito à responsabilização. Nós vamos ver muita impunidade. A impunidade naturaliza. E, além da naturalização, ela cria um sentimento de aporia, de ausência de poros, e de impotência das pessoas. Se há denúncia, e a denúncia não se transforma em um tipo de responsabilização dos agressores, dos criminosos, há um sentimento de terror. Nós conseguimos constatar isso de forma muito evidente em uma cidade do Amazonas, onde se descobriu o envolvimento do Prefeito numa rede de exploração sexual, com a utilização de recursos públicos e de funcionários públicos, inclusive. As pessoas não se sentiam mais com coragem de denunciar, porque, depois de tantas denúncias, não havia qualquer tipo de resposta do Estado, mostrando a sua falência enquanto Estado Democrático de Direito, Estado que rompe a própria impunidade.

Por isso, nós temos uma preocupação com relação à responsabilização, até porque a responsabilização não é uma prerrogativa apenas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, mas envolve também a atuação com excelência de qualidade



do próprio Executivo. Nós sabemos que as denúncias, as ocorrências se dão muitas vezes nas delegacias; que o inquérito se constrói na delegacia. E o inquérito será mais robusto ou menos robusto de acordo com os instrumentos necessários desse poder, dessa delegacia, para que possa produzi-lo. E, com inquérito precário, vai-se ter dificuldade que ele se transforme em uma denúncia. E, sem a denúncia, nós não vamos ter a decisão judicial.

Por isso, quando nós falamos de impunidade, nós estamos falando de uma construção que parte também do Poder Executivo. Nós sabemos da angústia dos conselheiros tutelares, das conselheiras tutelares, que muitas vezes recebe a denúncia, constata a violação, mas que não há rede. Porque aplica a medida, mas quem executa a medida é o Estado, e muitas vezes não há rede para que você possa interromper aquela situação e para que você possa dar uma resposta dentro dos princípios da dignidade humana, que são princípios fundantes da nossa própria Constituição. A nossa Constituição fala em dignidade humana; e dignidade humana pressupõe o direito de criança ser criança e o direito de adolescente ser adolescente.

Por isso nós estamos aqui, para traçar esse diagnóstico com vários convidados e convidadas dos Poderes, tanto do Ministério Público quanto do Poder Judiciário, do Poder Executivo Federal, do Poder Executivo Municipal e Estadual, na perspectiva de que nós possamos buscar os elementos que são necessários para a construção de uma política de enfrentamento. Essa política de enfrentamento, a nosso ver, tem um instrumento muito vigoroso, que são as construções dos planos, na sua intersetorialidade e no seu compartilhar com a sociedade civil. Tanto mais duradoura é uma política quando ela é fruto do tecimento e da participação da sociedade, que é luto da ditadura. A ditadura arrancou o Brasil dos brasileiros e brasileiras. Devolver a construção do nosso País para o povo brasileiro é absolutamente fundamental para fecharmos o ciclo de uma ditadura que, muitas vezes, teima em não acabar.

Por isso nós estamos aqui, eu e a Deputada Liliam Sá. Já estivemos em várias Unidades da Federação, analisando casos exemplares, na perspectiva de problematizá-los, de contextualizá-los e de, a partir daí, ofertar mecanismos que



possam ser necessários para o combate à exploração e à violência sexual de crianças e adolescentes.

Nós temos algumas preocupações, que são preocupações deste período, porque tivemos uma CPI que encerrou seus trabalhos em 2004, mas que não estavam, no contexto, com as variáveis que nós temos hoje. Eu cito algumas dessas variáveis: eu diria os grandes eventos, porque nós temos uma preocupação de que haja preparação do Brasil para estes grandes eventos. E a preparação não é apenas dotá-lo de infraestrutura hoteleira ou aeroportuária, mas fundamentalmente proteger nossas crianças e adolescentes.

Nesse sentido, o Estado da Bahia, pelo seminário que a CPI realizou antes da Copa das Confederações, tem ofertas para serem utilizadas pelo conjunto dos Estados e das Unidades da Federação que sediarão os jogos da Copa do Mundo. Nós queremos ter esse foco e essa discussão e nós temos preocupação fundamental com as grandes obras. Nós não temos nenhuma dúvida. Já realizamos por volta de quase uma dezena de audiências públicas para discutir o impacto das grandes obras no recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Não temos nenhuma dúvida de que as grandes obras representam condições — ou seja, pela falta de condições e pela falta do olhar de proteção às crianças e adolescentes — para o aumento da violação de direitos e, particularmente, violência sexual de crianças e adolescentes.

Nós estivemos já em Jirau, Santo Antônio, nós já tivemos várias audiências acerca de Belo Monte. Derramar milhares de homens sem qualquer tipo de vínculo, impactando a própria formatação da sociedade — sem que haja preparação com uma construção de planos que possam proteger as crianças, construídos com todos os atores sociais, com o protagonismo inclusive das crianças e adolescentes —, tem representado uma ferida muito grande no nosso tecido social ou na nossa cidadania.

O rastro que as grandes obras deixam é um rastro como há em Jirau e Santo Antônio, do aumento em mais de 200% dos casos de estupro — ainda que consideremos que houve uma nova tipologia dos estupros, é um dado absolutamente acintoso para o conjunto da sociedade — e também do aumento de gravidez precoce em quase 30%, naquelas regiões depois das grandes obras.



Nós vamos realizar um seminário no começo do ano que vem, com a perspectiva de criarmos um novo marco legal. Nós precisamos, para além do licenciamento ambiental, também ter o licenciamento social como premissa básica para a instalação de canteiros de grandes obras, para que nós possamos fazer com que o tecido social possa reagir a esse nível de violação de direitos e que haja um licenciamento que seja continuado, acompanhado trimestralmente.

Nós estamos elaborando uma legislação nesse sentido, para que tenhamos novos marcos legais e tenhamos não apenas o licenciamento ambiental, como também o licenciamento social e as condições para proteger nossas crianças e adolescentes.

Temos a preocupação também com as nossas fronteiras, porque temos várias denúncias que dizem respeito a que, nos espaços que deveriam abrigar as pessoas que deveriam proteger as fronteiras deste País, nós vemos situações de exploração sexual de crianças e adolescentes. Há muitas denúncias nesse sentido num País que tem uma fronteira muito larga, e é preciso, portanto, que nós tenhamos mecanismos de proteção às nossas fronteiras, mas proteção às nossas crianças e nossos adolescentes.

São elementos com que nós estamos trabalhando, na perspectiva de que, findas as diligências, nós ainda faremos algumas viagens pela CPI. Nós realizaremos esse seminário para tirar o novo marco legal para as grandes obras. E a nossa perspectiva — a Relatora poderá falar mais sobre isso — é de que nós entreguemos esse relatório no mês de maio, quando se lembra de Araceli, vítima de violência sexual, e se faz o marco de luta e de enfrentamento à exploração sexual e à violência sexual no nosso País, o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual.

Por fim, quero dizer que nós não temos dúvida de que a exploração sexual evidencia uma série de discriminações, porque as violações de direitos nunca ficam presas em uma cápsula e nunca ficam ensimesmadas, elas se abrem em caminhos para a violação de outros direitos. Portanto, são, via de regra, meninas, o que indica uma discriminação de gênero, uma dominação de um gênero pelo outro, que são as vítimas de violência sexual, ou seja, indica uma sobreposição adultocêntrica na medida em que nega a condição de sujeito às crianças e adolescentes. Nós



estamos vendo a discriminação étnica porque, via de regra, são as meninas de origem afro ou as meninas indígenas as maiores vítimas da exploração sexual. E veja, nós fazemos um recorte que diferencia a exploração do abuso sexual, porque não vertentes diferentes de um processo igualmente doído e igualmente destrutor da condição de sujeito e desumanizador — tanto o abuso quanto a exploração. E, na exploração sexual, nós vamos perceber ainda a discriminação que atinge mais as meninas com hipossuficiência e as meninas de baixa renda, via de regra... muitas vezes, com a cumplicidade da família.

Nós já vimos muita coisa que não queríamos ter visto durante esta CPI, mas temos absoluta certeza de que é preciso reagir. Os planos são importantes porque trabalham com a prevenção, com a proteção, trabalham com a reparação. Os planos intersetoriais, com a participação da sociedade civil, são elementos fundamentais para se estabelecerem responsáveis, para se estabelecerem prazos, para que você possa ter um conjunto de políticas, porque nós entendemos que as políticas públicas só são eficazes quando são enganchadas umas nas outras e onde a gente não perde, na aplicação das políticas, o caráter indivisível e inter-relacionado dos direitos.

Se são indivisíveis e inter-relacionados os direitos humanos, também têm que ser indivisíveis e inter-relacionadas as políticas públicas que asseguram esses direitos. Não há como ter políticas públicas de forma isolada com qualidade. E, dentre elas, é preciso sempre incluir a política de educação. A política de educação é absolutamente fundamental num processo de se perceber a violação de direitos, mas de estar em conjunto com outras políticas, porque nós não queremos vergar os educadores, que, muitas vezes, percebem a violação de direitos. E se exige deles uma resposta que deveria ser dada por um conjunto de políticas que, muitas vezes, são insuficientes para que possam ser efetivadas.

Eu gostaria apenas de encerrar dizendo da nossa alegria de perceber o compromisso que foi feito pelo Prefeito do Município de Salvador na implementação, na priorização da discussão de enfrentamento da exploração sexual, inclusive na construção de um plano — porque me parece que não há plano municipal — e de incluir, no Observatório municipal que atenta para situações de discriminação e que



funciona, me parece, apenas nos grandes eventos, particularmente no carnaval, também o olhar sobre crianças e adolescentes.

Estivemos com o Governador, e foi nos informado — o que nós encaramos com bastante alegria — o funcionamento do primeiro 24 horas, porque é a primeira vez que nós vimos isso. Em todas as visitas que nós fizemos às Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, elas, via de regra, funcionam, em todos os locais do País, durante o período de expediente, não funcionam no fim de semana e não funcionam à noite. E, muitas vezes, como o universo doméstico é o universo e é o palco de, particularmente, abuso sexual — o abuso sexual se dá muito no universo doméstico —, os períodos do fim de semana e os períodos noturnos precisam ter o Estado atento para buscar acolher essas denúncias e superá-las.

Também há a experiência desenvolvida aqui, de unidades ou de espaços de acolhimento das crianças até 12 anos — portanto, crianças! — durante os grandes eventos, na perspectiva de impedir que elas estejam vivenciando, em função de acompanhar os próprios pais, via de regra, uma situação de trabalho infantil. Também vimos com bons olhos a criação da escola de formação para os conselheiros e conselheiras do Estado.

Entretanto, é preciso também que haja, de fato, um plano de exploração, plano que possibilita uma visão que é indispensável. Um enfrentamento não se faz, a nosso ver, somando as ações pontuais, mas estabelecendo um plano que envolva atuações que sejam específicas do conjunto das políticas. Por isso é importante, pensamos nós, que nós tenhamos não apenas o plano, mas que o plano tenha dotação orçamentária para sua implementação e, ao mesmo tempo, que haja o empenho dos recursos orçamentários previstos e a qualidade da política.

Nós trabalhamos com a dotação orçamentária... a elaboração dos planos e das políticas, a dotação orçamentária, o empenho daquela dotação orçamentária e a qualidade da política. Chega de política pobre para o povo pobre, para que nunca esqueça que é pobre e não saia da situação de pobreza. Por isso achamos que é preciso também ter atenção para com a qualidade da política.

Nós depois vamos e solicitamos tanto do Município quanto do Estado... O Estado já nos forneceu alguns dados no que diz respeito à dotação orçamentária, inclusive da implementação do SUAS, que achamos que é absolutamente



fundamental; da construção de mais Conselhos Tutelares; da formação. Enfim, nós achamos que são boas ações, mas que é preciso que possam estar constituídas e amarradas em um plano que faça com que realmente nós enfrentemos a situação de exploração sexual.

Com essas considerações iniciais, eu vou passar a palavra para os membros da Mesa. Quero dizer que a Relatora tem a prerrogativa regimental de interromper, solicitar, comentar ou questionar qualquer uma das pessoas que aqui estejam, a qualquer tempo; a qualquer tempo porque são intervenções que o Regimento prevê com razão, com lucidez, necessárias para a composição do relatório.

Portanto, nós vamos abrir a palavra para os membros que compõem a Mesa e, em seguida, eu vou ler os convidados, para saber os que se encontram aqui, para que possam também fazer uso da palavra, com este esclarecimento, que repito: a prerrogativa que tem a Relatora de, a qualquer tempo ou em qualquer circunstância e qualquer momento desta audiência, fazer a interrupção que achar necessária, para que possa esclarecer pontos para a construção do seu próprio relatório.

Eu vou, então, ler aqui, para saber se estão presentes: Deputado Temóteo Brito (*pausa*); Desembargador Mário Alberto (*pausa*); Juiz Cássio José Miranda... (*Pausa.*) se estiverem, eu gostaria que pudessem se manifestar. Só quero confirmar: Temóteo Brito; Mário Alberto Hirs; Cássio José Barbosa Miranda; Lívia Muricy Torres. (*Pausa.*) Não. Delegado José Rita Martins Lara. (*Pausa.*) Não está. Sr. Maurício Gonçalves Trindade. (*Pausa.*) Está aqui. Sra. Rosema Burlacchini Maluf; Sr. Renildo Barbosa; Dinsjani Pereira dos Santos; Ivone Santos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Representando quem?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Dinsjani, qual é o seu nome?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Jane? Jane de quê?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Souza. Você está aqui representando a Presidenta do Conselho, certo? (*Pausa.*)

Keith Carla e João Pereira.



Os outros já estão devidamente confirmados. Então, com a...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Não! O senhor já está confirmado. Eu só li o nome das pessoas que a gente não tinha identificado. Eu vou falar o nome de Temóteo Brito; Emílio Salomão Resedá; Cássio José Barbosa Miranda; Eduardo Afonso Maia; Livia Muricy Torres; Ana Crícia de Araújo Almeida Macedo; Admar Fontes; Capitã Maria Aparecida Vieira Teixeira.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Como o senhor se chama?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Celso do quê?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Couto?

O Sr. Almiro Sena Soares Filho, que esteve conosco pela manhã; Sr. Admar Fontes — o senhor é da...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Você está representando o Secretário Almiro?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Está bom. Admar Fontes, que é coordenador de polícia comunitária? *(Pausa.)* Há dois Admar Fontes aqui?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ah, Admar Fontes Filho. Ele é o Filho. Está representando o Secretário de Estado de Justiça. George Silva Paim; Claudenice Teixeira Cerqueira; Rosema Burlacchini; Renildo Barbosa; Dinsjani — já está aqui representada Jane de Souza; Marcos Vinícius Almeida Magalhães; Ivone Santos; Keith Carla; João Pereira; Waldemar Oliveira e Vera Lúcia Guimarães — certo?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Como?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim, qual é o seu nome?



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Risalva Telles?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pronto, eu vou incluir aqui o nome de Risalva Telles, da Fundação Cidade Mãe, e, assim, nós temos montada a nossa audiência. Depois de todas as pessoas que aqui se encontram falarem, nós vamos ceder o prazo de 5 minutos, para que possam fazer uso da palavra. A Mesa será flexível. Vamos abrir a palavra para que outra pessoa possa, se quiser fazer uso da palavra, pelo prazo de 3 minutos.

Vamos então passar aos componentes da Mesa. Eu gostaria de passar a palavra à Deputada Luiza Maia, Presidenta da CPI do Tráfico de Pessoas e Vice-Presidenta da Comissão de Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

**A SRA. LUIZA MAIA** - Boa tarde a todas e a todos! Eu quero fazer aqui uma rápida saudação à Mesa, dar as boas-vindas à Deputada Erika Kokay e à Deputada Liliam Sá, saudar o Secretário Maurício, a Secretaria Moema e a minha parceira e companheira de grandes batalhas, Neusa Cadore, minha colega.

Quero dizer, Deputada, da nossa satisfação em recebê-los aqui. Infelizmente eu soube ontem à tarde, parece-me. Inclusive não pudemos fazer um chamamento maior.

Nós estamos presidindo também a CPI do Tráfico de Mulheres e sabemos que as coisas estão relacionadas. E eu tenho a certeza de que, após esta audiência aqui, o resultado final do trabalho desta CPI vai nos ajudar muito a desbaratar e tirar, principalmente o nosso Estado, a Bahia, que está aí colocado como o terceiro Estado que mais fornece pessoas para o tráfico de seres humanos.

Foi uma luta aqui na Assembleia para nós — Neusa acompanhou —, mas já instalamos a CPI e estamos com a terceira reunião por ser realizada. Quero aproveitar também para pedir o apoio principalmente da companheira Liliam Sá, que faz parte também da CPI do Tráfico da Câmara Federal, no sentido de nos ajudar também com as suas condições, com o trabalho que já realizaram.

No mais, quero desejar-lhes um bom trabalho.



É realmente uma coisa complicada hoje na nossa vida, principalmente porque temos visto a questão da exploração de crianças e de adolescentes dentro dos lares, por padrastos e pais. Ou a sociedade toma isso nas mãos e ajuda nas campanhas educativas e na punição, ou ainda teremos de penar muito com crianças e adolescentes sofrendo esse tipo de assédio.

Quero também só registrar — porque foi uma luta nossa, e nós estamos vencendo esta batalha — aquele caso daquela banda New Hit, que fez o estupro coletivo das meninas, duas adolescentes. Graças a Deus, já conseguimos extinguir a banda, que está sendo processada. Eles já foram julgados, estamos aguardando a sentença da Justiça, da juíza de Ruy Barbosa. Esperamos que eles retornem para a cadeia.

Então, acho que vale a pena lutar. Tem hora que nos sentimos um pouco impotentes diante dos horrores e do apelo que a mídia também faz. Eu acho que precisamos — nós, Deputados, principalmente, e a sociedade, de um modo geral — enfrentar também. Aquilo a que eu assisti ontem no *Fantástico*, na *Globo News*, a *Rede Globo* realizando aquele concurso para Globeleza, para as meninas dançarem peladas — elas ontem não estavam peladas, estavam seminuas — eu acho que também depõe contra nós, ajuda na banalização do sexo, na exploração, na degradação da mulher como ser humano. Também precisamos ter coragem para fazer esse enfrentamento.

Eu acho que a *Globo* é uma televisão muito poderosa. As pessoas, às vezes, têm receio, mas está na hora de também fazermos esse enfrentamento, porque realmente estão desconstruindo, cada dia mais, os valores da família, da civilidade, da moral, da convivência civilizada, o que ninguém suporta.

Era isso que eu queria dizer. Queria também agradecer a presença de vocês aqui. Estou muito contente por estar aqui, inclusive participando com vocês da Mesa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputada Luiza Maia, nós também estamos muito contentes em estar aqui em Salvador.

Eu passo a palavra ao Sr. Maurício Gonçalves Trindade, Secretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, de Salvador.



**O. SR. MAURÍCIO GONÇALVES TRINDADE** - Quero saudar a Mesa na pessoa de nossas colegas Deputadas Federais Liliam Sá, que já desenvolve um trabalho bonito no combate ao trabalho infantil e à prostituição no Estado do Rio de Janeiro, e Erika Kokay; as colegas Deputadas Estaduais, Neusa e Luiza Maia, aproveitando para parabenizá-las pela importante lei, aprovada aqui nesta Casa, de combate às músicas que depreciavam as mulheres. Foi um passo inicial de resgate muito polêmico, mas a sociedade ganhou: nós, homens e mulheres, aqui da Bahia ganhamos por sermos os primeiros. Aquelas músicas que depreciavam a mulher eram um horror. A Bahia foi a primeira, espero que um dia isso aconteça em todo o Brasil.

À minha colega, parceira, ex-Deputada Estadual Moema quero dizer que foi realmente uma determinação do nosso Prefeito, ACM Neto, que encontrou a cidade com todas as suas instituições públicas extremamente depreciadas, o resgate dessas instituições e o refazimento da rede. E nós estamos fazendo isso em parceria com o Governo do Estado, a capital com o Governo do Estado, apoiados de todas as maneiras. Obrigado, Moema, por todo o apoio que a sua equipe tem dado e você, pessoalmente, é claro.

Mas o Prefeito também determinou que fosse acelerado o plano de enfrentamento à violência e ao trabalho infantil não só nas épocas de festas. Nós já fizemos isso na Copa das Confederações. Eu acredito que foi muito benfeita toda a rede parceira, mas, com certeza, tivemos uma série de erros. Precisamos reconhecer, melhorar, corrigir. Determinou também que não fosse feita essa rede somente para os grandes eventos, que Salvador fosse o exemplo de um trabalho contínuo de combate ao trabalho infantil, principalmente agora que vem o Natal, quando muita gente vem do interior, e nós vemos aquela cena triste de famílias nas ruas da cidade. Às vezes vindas do interior, mas às vezes, da capital, as mães vão para os passeios esperar presentes. Isso é degradante! Crianças que às vezes não se tinham sujeitado ainda, a partir do Natal, uma festa tão bonita, passam a estar sujeitas ao trabalho infantil, pedindo nas portas das igrejas, muitas se prostituindo, sofrendo violência, dormindo embaixo dos viadutos, levadas por uma festa cristã, uma festa tradicional, que deveria ser uma festa tão bonita, mas se reveste de um lado extremamente pernicioso.



Então, obrigado a vocês, parceiras. Sejam bem-vindas. Tenham certeza de que Salvador é parceira em todo esse trabalho, em construir uma rede permanente. Nós estamos refazendo nossos CRAS, nossos CREAS, nossos abrigos e trabalhando principalmente em parceria com a rede já existente.

Obrigado a vocês.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Maurício Gonçalves Trindade, Secretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, de Salvador.

Eu passo a palavra agora para a Deputada Neusa Cadore, Presidenta da Comissão de Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

**A SRA. NEUSA CADORE** - Boa tarde a todas e a todos.

Eu quero saudar a Mesa. Quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay e a Deputada Liliam Sá, parabenizá-las pela iniciativa da realização da CPI e saudá-las nesta visita ao nosso Estado.

Este é um tema, na verdade, muito invisibilizado. Estamos no mês de novembro, vamos iniciar, depois de amanhã, uma campanha importantíssima, os 16 Dias — e aqui na Bahia, já são 20 dias — pelo fim da violência doméstica. Quando falamos da violência sexual contra as crianças, lembramos que, assim como em relação à violência contra a mulher, temos o desafio de dar visibilidade a esse grande problema.

Pela fala inicial da Presidente da Comissão, sabemos que essa marcha que vocês estão fazendo Brasil afora vai contribuir em muito para dar visibilidade, para que nos apropriemos do grande desafio que é essa questão. A gente sabe da luta e de muitas conquistas.

Eu queria saudar Waldemar Oliveira, que aqui representa uma instituição importantíssima, que na Bahia é pioneira na luta em defesa da criança e do adolescente.

Para o nosso Estado é um desafio muito particular pelo que já foi dito aqui: um Estado ainda de grande vulnerabilidade social; um Estado territorialmente imenso, com muito fluxo migratório; um Estado que vai sediar a Copa do Mundo; um Estado que ocupa um lugar de destaque no *ranking* nacional.



Na Bahia, o número de denúncias cresceu muito. A gente sempre fica em dúvida sobre se é a denúncia, se de fato isso modificou alguma coisa, mas é muito importante que a gente esteja aqui.

Eu saúdo a Deputada Moema, que está aqui do meu lado, com certeza, com uma contribuição grande, pela sua experiência, pelo lugar que ela ocupa hoje no Governo, numa Secretaria importante, comprometida com o desenvolvimento social. Saúdo o representante do Governo Municipal, Maurício Trindade, que está à frente de uma Pasta importante, a Secretaria de Promoção Social aqui de Salvador; a Deputada Luiza Maia, nossa companheira, uma Deputada aguerrida, que tem contribuído, trazendo temas importantes. Como mulher, eu acho que a nossa presença na política, Deputadas, é também um diferencial, e em temas como esse, eu acredito, a gente tem uma contribuição muito particular para dar.

Nós sabemos que o enfrentamento à violência contra a mulher, o enfrentamento à violência sexual, à violência contra crianças e adolescentes é um desafio que precisa de várias intervenções, de vários instrumentos de luta, da sensibilização das famílias, do fortalecimento das redes. Sabemos da importância das campanhas, sabemos do desafio que é ampliar as políticas públicas para que tenhamos de fato os instrumentos necessários para superação desse grande desafio.

Tenho certeza de que esta CPI vai ser um marco divisório nessa luta. E, mais uma vez, eu agradeço a visita à Assembleia Legislativa. Tenho certeza de que esta Casa é mais uma aliada. A CPI que está em curso nesta Casa, na terceira semana, também tem, acredito, um *link* com essa situação, porque o tráfico de pessoas está muito ligado a essa problemática. E, com certeza, em relação ao trabalho de vocês, Deputada Erika, Deputada Liliam, e também dos parceiros que estão aqui e que, no dia a dia, estão na luta, nós vamos dar mais um passo adiante na superação dessa chaga que tem roubado o sonho das crianças e destruído o futuro de muitas crianças.

Cabe a nós ocupar o nosso lugar na história, dar a nossa contribuição para interrompermos esse ciclo que é uma chaga e que não garante o direito de uma vida sem violência e de uma vida digna.

Obrigada. *(Palmas.)*



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Neusa Cadore.

Eu passo a palavra à Sra. Moema Gramacho, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia e Vice-Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, nesta Mesa, representa o Governador Jaques Wagner.

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Uma boa tarde a todas e a todos.

Eu quero começar cumprimentando a CPI com as presenças aqui da sua Presidenta, a Deputada Erika Kokay, e da Relatora, a Deputada Liliam Sá. Estivemos, pela manhã, com o Governador e também com o Deputado Roberto Britto. E, assim, nós agradecemos à CPI o trabalho que vem sendo realizado.

Quero ainda cumprimentar aqui as nossas Deputadas, brilhantes guerreiras, Luiza Maia e Neusa Cadore, ambas tratam dessas questões que envolvem a situação das crianças e das mulheres, presidindo Comissões importantes nesta Casa legislativa, da qual tive a honra de fazer parte, onde também tive a oportunidade e o prazer de ser colega do atual Deputado Federal Maurício Trindade, que aqui representa a Prefeitura de Salvador, a Capital do Carnaval. Com certeza, temos feito uma parceria importante no trabalho que vem sendo desenvolvido contra a exploração nos grandes eventos e também no cotidiano.

Agradeço também ao Secretário de Promoção Social do Município de Salvador, Maurício Trindade, a presença nesta audiência pública.

Quero cumprimentar todos os presentes na pessoa do companheiro Waldemar, um símbolo na questão da criança no Estado da Bahia, representando aqui o CEDECA.

Quero cumprimentar a companheira de Tubarão, simbolizando as mulheres que lutam na defesa das crianças. Ela faz parte do Lar Pérolas de Cristo, que tive a oportunidade de visitar, oportunidade em que verifiquei quantas crianças estão lá vítimas da violência e da exploração sexual.

Sei que o tempo é curto, mas eu vou tentar ser bastante breve, até porque já fizemos algumas explanações pela manhã para a Comissão. Mas eu acho importante que todos tomem conhecimento da importância que o Governador



Jaques Wagner e o Governo do Estado dão a essa questão e das ações que têm sido desenvolvidas na busca de entender, minimizar e, um dia, zerar esse problema.

Cada vez que se implanta e se intensifica o SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, no Estado da Bahia, contribuímos para diminuir essa situação. Hoje, nós temos, no âmbito da Bahia, 586 CRAS, portas de entrada para as políticas de assistência social, distribuídas em todos os Municípios. A adesão ao SUAS é de 100% no Estado da Bahia.

Além dos CRAS que têm feito um trabalho importante na promoção da prevenção a essas questões, nós temos também 202 CREAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, em 190 Municípios. Nós temos buscado também fazer com que os CREAS sejam não só espaços de prevenção, proteção, encaminhamento e acompanhamento das famílias das vítimas dessa e de outras formas de violência, mas principalmente dessa violência.

Além dos CRAS e dos CREAS, o Estado da Bahia tem implantado o SIPIA, um sistema de informação que busca garantir, o mais rápido possível, acesso às informações e que, a partir delas, se possa construir bancos de dados, obter diagnósticos e aplicar, o mais rapidamente, as políticas mais apropriadas em função das denúncias e dos casos que acontecem. Esse sistema está sendo cada vez mais aprimorado para atingir todos os Municípios do Estado da Bahia.

É importante também destacar que há um fortalecimento dos conselhos que atuam na defesa da criança e do adolescente. Recentemente, nós tomamos posse do novo CECA, o novo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, do qual sou Vice-Presidenta. Houve uma inovação importante não só com a ampliação da representatividade do Estado, de todas as representações dos diversos Municípios, mas também com alternância de poder, de gestão e de presidência. Quem está presidindo o CECA neste momento, nesta primeira gestão, é a sociedade civil. Consideramos extremamente importante esse exercício democrático de construção dos conselhos.

Através da atuação do CECA e da nossa atuação, com o SIPIA, estamos constituindo a Escola de Conselhos. Essa escola vai ser inaugurada no dia 21. Vai ser instalada mesmo no dia 21 de novembro. Estão todos convidados.



Tratamos disso pela manhã, e eu queria já deixar aqui com a CPI a nota técnica que trata do lançamento da Escola de Conselhos, uma inovação da Bahia. Com essa escola, nós vamos conseguir formar os conselheiros, qualificar cada vez mais os conselheiros tutelares e os demais conselheiros, para que eles possam atuar melhor, do ponto de vista da capacitação, nos diversos Municípios do nosso Estado.

Hoje nós vamos conseguir capacitar 442 Conselhos Tutelares, e isso vai ser muito importante, porque eles já fazem um trabalho exemplar, ainda sem essa qualificação, e de uma forma bastante dedicada. Com a qualificação, uma reivindicação histórica dos conselheiros, nós vamos dar mais condições de atuação a esses conselheiros. É claro, é preciso ter muito mais infraestrutura.

Recentemente, estivemos em Brasília com a nossa Ministra Maria do Rosário, que concedeu alguns carros a alguns conselhos tutelares. Ano passado, o Estado da Bahia concedeu um computador para alguns conselhos tutelares — pelo menos 190 desses conselhos. E a nossa meta é, cada vez mais, estruturar esses conselhos para que eles possam atender melhor a essa política de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil.

No âmbito da Bahia, nós temos tratado dessas questões no cotidiano e na luta contra o turismo sexual também. São várias as ações desenvolvidas pela Secretaria do Turismo e pela Secretaria da Justiça e Direitos Humanos. Os nossos Secretários estiveram presentes pela manhã na audiência com o Governador e relataram as suas experiências e as ações que estão sendo desenvolvidas pontualmente por essas secretarias e transversalmente pelas demais.

É importante que se diga que temos feito um trabalho de resgate da importância do turismo voltado para as belezas naturais e para a cultura baiana, mas pontuando o embate e o combate ao turismo sexual, seja em ações nos hotéis, seja em outras ações, e a formação e qualificação também de jovens e de servidores ou funcionários ou comerciantes que atuam nesses hotéis, para mudar essa cultura.

E temos também a felicidade de termos tido aqui uma atuação importante dessas nossas mulheres Deputadas. É de autoria da Deputada Luiza Maia o projeto de lei que virou a Lei Antibaixaria, que visa garantir não a censura, mas a qualidade das músicas que são veiculadas através das bandas, diversas, em especial das de



pagode — que tratavam, durante muitos anos, de depreciar a imagem da mulher, e mais do que isso, de promover a violência, com músicas do tipo *Um tapinha não dói* — filé, popozuda —, tantas outras, que a Deputada, melhor do que eu, pode levantar aqui, que tenho até vergonha de repetir, mas que eram encaradas com muita naturalidade pela população. E, diga-se de passagem, não foi fácil. Eu quero parabenizar a Deputada pela ousadia e coragem.

Eu a imitei um pouco na coragem. Como Prefeita, encaminhei para a Câmara — e foi aprovado antes mesmo da Lei Estadual — a Lei Municipal, em Lauro de Freitas. Mas quero dizer da coragem da Deputada de enfrentar as bandas de pagode, de enfrentar a própria sociedade, parte da sociedade que achava que seria censura, que não poderia ser aprovada essa Lei. Ela foi ousada, e o Governador mais ousado ainda, que acatou, sancionou a Lei.

Com certeza, sem sombra de dúvida, esperamos que, em breve espaço de tempo, possamos ter modificado essa cultura que ainda reina na Bahia. E, com certeza, é preciso que isso seja adotado também nos outros Estados, para que a gente possa efetivamente contribuir para a melhoria da qualidade das músicas. Podem muito bem fazer pagode, mas realçando as qualidades da mulher e a cultura da não violência, contradizendo as questões que estão aí, ainda, colocadas.

Aproveito também para colocar o quanto tem sido importante essa Lei Antibaixaria, que vem justamente peitar, digamos assim, essa indústria da música que banaliza a vida, que banaliza a violência.

E mais ainda: como disse a Deputada aqui — eu, de manhã, falava isso com o Governador —, os meios de comunicação, que são tão importantes para a socialização das informações, infelizmente também acabam contribuindo de forma muito negativa na construção da cidadania e do conceito de valores que adentram as nossas casas.

Ontem, eu também fiquei indignada, Deputada, quando assisti ao concurso da Globeleza, que intensifica cada vez mais o investimento na sensualidade, no aspecto da exploração da imagem da mulher. E mais do que isso: não precisava ir longe, ao concurso da Globeleza, basta assistir à *Malhação* e aos *Big Brother* da vida, porque são um estímulo à utilização do corpo, à exploração sexual. E, se aqueles que são transmitidos nos horários mais tarde já são preocupantes,



imaginem *Malhação*, que é às 5 horas da tarde, que intensifica a exploração da juventude, mesmo, o processo de exploração do corpo e da sensualidade. E os pais não estão em casa nesse momento.

Mais do que isso, o Governo do Estado tem-se preocupado com essa questão. E a nova campanha que nós vamos lançar vai ser também através das redes sociais, entendendo que hoje este é um mecanismo de interação da juventude, de socialização das informações. Nós vamos fazer a nossa próxima campanha, semelhante às campanhas que já desenvolvemos — vou discorrer rapidamente aqui sobre elas —, através das redes sociais, também.

Bom, nós queríamos também colocar que, além do cotidiano, temos tido, nós que... e a capital, que somos o maior carnaval do mundo, popular. E é bom que a gente fale do carnaval, mas lembre também do São João, que talvez seja a maior festa popular da Bahia e do Brasil, o São João, que acontece em todos os Municípios simultaneamente. Tanto é assim que nós fizemos a campanha da Copa das Confederações contra a exploração sexual também no interior do Estado, porque era no período próximo ao São João — é esta campanha aqui que a gente fez, da Copa das Confederações, Disque 100, estimulando inclusive a utilização, a parceria com os Conselhos Tutelares.

Então, nós temos tido já desde 2012 uma atuação nos grandes eventos, com o observatório e com a constituição de espaços onde nós agregamos creches públicas, escolas públicas, e reunimos nesses espaços Defensoria, Ministério Público e toda a estrutura do Estado, os Conselheiros Tutelares também, da criança e do adolescente. E reunimos nesses espaços... E colocamos, durante o período do carnaval, e fizemos também na Copa das Confederações, um espaço de acolhimento e de atendimento às vítimas do trabalho infantil e da exploração sexual e da violência sexual como um todo.

Esse trabalho foi feito no carnaval de 2012, de 2013 e na Copa das Confederações, e já estamos preparando, já temos nos reunido para preparar para a Copa de 2014 e para o próximo carnaval já de 2014, na busca de não só conscientizar, mas também de acolher e de proteger aquelas vítimas da violência. Além disso, nós estamos reestruturando o plano, que é um plano já operativo. E este plano operativo, a gente está costurando a várias mãos. E este plano já tem



algumas ações que são desenvolvidas, por conta desse plano, e outras que nós estamos reestruturando, em parceria com a Prefeitura de Salvador. Além disso, nós temos o programa chamado ViraVida. Esse Programa ViraVida é um programa do SESI, em parceria com o Estado e Municípios. E esse programa vem justamente para uma questão que nós consideramos extremamente importante, porque é a desigualdade que o Poder Público e as famílias têm de lutar contra as drogas, contra o tráfico de drogas e contra a utilização dos nossos menores, dos nossos jovens, das nossas meninas e meninos em serem prostituídos em função da droga.

E o ViraVida trabalha justamente identificando quem são essas meninas e meninos vulneráveis ou que já passaram por experiências desse porte. E é feito um curso de capacitação, onde essa criança, esse jovem, essa menina, esse menino percebe 500 reais de bolsa, que é justamente para tentar persuadi-lo, para evitar que ele prefira aquele que oferece o valor para a passagem das drogas. Estes cursos são feitos: de reforço escolar, de qualificação e de preparação para o futuro mercado de trabalho. A Bahia já teve 400 jovens certificados. Eu estive presente na cerimônia nacional que certificou mais de 1.200 jovens a nível nacional. E nós estamos, no dia 4 de dezembro, lançando mais uma vez aqui na Bahia a segunda etapa do ViraVida, onde nós pretendemos ampliar o número de jovens incluídos nesse processo de parceria com o SESI, através de Jair Meneguelli, que é o Presidente do Conselho do SESI.

Finalizando, porque sei que o tempo é curto, eu quero colocar que, do ponto de vista do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo do Estado, também tem um trabalho que é feito com a Polícia Rodoviária Federal, que é o monitoramento dos caminhoneiros nas BRs 101 e 324, e que nós estamos agora buscando ampliar também para as estradas estaduais. Mas essa parceria já foi feita junto com a Polícia Rodoviária Federal.

Estamos realizando pesquisa sobre a existência de todos os tipos de exploração sexual e situação do trabalho infantil nos 417 Municípios do Estado da Bahia, para que a gente possa ter noção concreta e real do que vem acontecendo. Quero também dizer que a Bahia tem sido colocada no cenário nacional como um dos Estados que mais tem registro de denúncias. Isso é importante a gente analisar, porque não significa necessariamente que seja o campeão no Brasil de casos de



exploração sexual. Mas, com certeza, tem sido o Estado que mais tem trabalhado as campanhas, a conscientização e que tem registrado as denúncias.

E, diga-se de passagem, em 2011, foram registradas 4.381 denúncias; em 2012 esse número subiu um pouco para 4.480 denúncias; e, já em 2013, nós vamos ter uma redução dessas denúncias, mas não necessariamente porque deixamos de fazer campanhas, muito pelo contrário, porque as campanhas foram intensificadas e nós estamos supondo que tenha reduzido o número de casos concretos. Até o primeiro semestre, já tinham sido registrados 1.715 denúncias, e, se for na proporção que a gente espera que até diminua, nós poderemos chegar até o final do ano com o registro de 3.400 denúncias. Portanto, quase mil denúncias a menor do que o ano de 2012, o que significa para a gente uma reflexão importante sobre a continuidade da intensificação das campanhas, mas, ao mesmo tempo, a verificação do diagnóstico de que de fato os casos estejam reduzindo e que a conscientização esteja melhorando.

Bom, eu quero finalizar, provavelmente... Ah, sim, o Governo do Estado também tem investido e investiu, no ano passado, 3 milhões de reais em cofinanciamento aos Municípios para acolhimento das vítimas e de famílias das vítimas nos 190 Municípios em que nós já temos esses acolhimentos. Esses acolhimentos, eles podem atender até 8 mil crianças simultaneamente, distribuídas nos diversos Municípios do Estado da Bahia. Esses acolhimentos, muitos deles podem ser com internação e outros apenas para atendimento/dia. Mas a nossa ideia é cada vez mais intensificar.

Para finalizar — já está na Procuradoria-Geral do Estado, mas o Governador, numa audiência que eu tive com ele, já acenou positivamente, está esperando só a parte formal chegar até a ele —, a lei estadual para a população de rua. Nós já temos atuações através do decreto. Nós temos quatro espaços de acolhimento, dois na Capital, dois no interior, acolhimento à população de rua, que é o Projeto Pop, e a nossa ideia é que deixe de ser um decreto e passe a ser uma política de Estado. E o Governador deve estar até dezembro encaminhando para a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia a lei que trata da população de rua. A partir daí, nós vamos ter um trabalho melhor ainda do que já estamos fazendo com essa população de rua. Já fizemos curso inclusive de qualificação para os agentes que trabalham...



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Quinta-feira passada foi a segunda etapa. Já fizemos a primeira etapa, até o Secretário esteve presente também. Qualificamos 200 agentes para acompanhar essa política de atenção à população de rua.

Não quero cansar vocês, mas queria finalizar, dizendo que efetivamente nós temos ações sociais, ações no campo cultural e ações no campo da força, de combate à força também da comunicação, e usar também essa força da comunicação para prevenir e proteger nossas crianças, nossas jovens, meninos e meninas. Obviamente, o número maior é de meninas nessa que é uma questão extremamente grave, que mexe com a família toda e com a sociedade, que é a violência e a exploração sexual.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Obrigada, Secretária Moema Gramacho, que aqui representa o Governador Jaques Wagner.

Passo a palavra para a Relatora, Deputada Liliam Sá.

**O SR. MAURÍCIO GONÇALVES TRINDADE** - Vou para o Ministério Público.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Espere, vou falar de você aqui. *(Risos.)* Ele já está se despedindo, mas a gente teria até que fazer umas perguntas sobre a sua Secretaria.

Eu quero cumprimentar o Deputado Federal e também o Secretário de uma pasta tão importante que é a Secretaria de Assistência e Promoção Social e também companheiro do PROS. Somos companheiros do PROS. Você está com tempo?

**O SR. MAURÍCIO GONÇALVES TRINDADE** - Tenho uma audiência no Ministério Público agora.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É? Tem alguém que possa responder às perguntas da Secretaria?

**O SR. MAURÍCIO GONÇALVES TRINDADE** - Vou deixar...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Tem, não é? Então, está bom. Foi um prazer. Fica com Deus!

Então, eu não vou me estender, porque quero só cumprimentar a Deputada Neusa Cadore, Moema Gramacho — nós estivemos com ela de manhã —, a



Deputada Luiza Maia, Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas e autora da Lei Antibaixaria.

Tudo já foi resumido pela nossa Presidente Erika Kokay. A Erika já fez um resumo do que é a CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Nós temos viajado o Brasil tentando traçar metas, vendo a situação das crianças em toda a Nação para que, no final do nosso relatório final, nós possamos dar uma direção nas políticas públicas para crianças e adolescentes.

Eu sei que essa é uma tarefa muito difícil, porque a exploração sexual de crianças e adolescentes tem varias características. Há uma diferenciação também de um Estado para outro. E nós queremos fazer com que criança seja prioridade no Brasil, como fala a nossa Constituição. Está lá: criança é prioridade. Mas queremos chamar à responsabilidade tanto os Governadores, quanto os Prefeitos, a sociedade civil, para que essa rede seja uma rede nacional, não só aqui no seu Estado, onde eu tenho o maior prazer de estar — comi ali, comi tanto, uma caldeirada, deu um sono, gente (*Risos.*) Agora eu sei porque vocês gostam de dormir, tirar uma sonequinha depois do almoço, porque a comida é muito boa mesmo. Eu fiquei aqui com um sono, está todo mundo com sono aí, não é? (*Risos.*) Não é folclore, não é? Está bem. Eu senti na pele, hoje. Estava aqui, ó...

Então, eu sei que tem muita coisa para ser feita. A Secretária Moema apresentou uns números que assustam, do Disque 100 — eu também já tinha conhecimento disso —, que de 2011 a 2013 foram mais de 10.500 mil casos de abuso sexual, e só neste semestre de 2013 existem quase 2 mil casos. Então, é um número preocupante. E nós queremos combater, e só vamos combater a exploração sexual com políticas públicas, com educação, com saúde de qualidade, com atendimento de qualidade para as nossas crianças e adolescentes, principalmente tratando da família.

Vejo aqui que existe muita gente... Olha, a reclamação foi do Governador, a reclamação do Prefeito em relação à liberdade de expressão, aos abusos, como a erotização e esses modelos que estão aí, que entram em nossas casas e fazem com que haja essa degradação da família, da mulher, da criança, do adolescente.

Então, eu não vou me estender. Eu vim aqui mais para ouvir e ver os sentimentos de cada pessoa e para a gente traçar aqui o quadro da Bahia, o que



está acontecendo na Bahia. E eu, com essas — meu Deus, fugiu a palavra, foi a caldeirada (*risos*) — reivindicações que foram feitas pela manhã ao Governador, ao Prefeito, nós saímos daqui com um sentimento de que há esperança ainda, porque, se você tem um Prefeito que abraça a causa, tem um Governador que abraça a causa, já é meio caminho andado para o combate a essa mazela, essa forma degradante de exploração da mão de obra infantil que é a exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente nas grandes obras, no turismo, no carnaval, que está aí.

Nós fomos convidadas — eu e a Presidenta Erika Kokay — para estarmos aqui para ver o modelo que foi apresentado — no carnaval —, desse observatório. Isso, para a gente, é muito bom, porque ali está envolvido o Ministério Público, o Juizado da infância, professores, educadores. Isso é bom para a gente poder traçar esse perfil do que está acontecendo na periferia, com crianças e adolescentes. Então, foi um modelo muito bacana, nós fomos convidadas para estar aqui no carnaval para poder ver como é feito isso, esse apoio, também, às famílias que trabalham no carnaval e não têm onde deixar seus filhos, para que não fiquem embaixo da barraca, não fiquem jogados pelas ruas e também tendo explorada a sua mão de obra. Então, isso é muito importante, vamos ver se a gente tem um tempo para abrir na agenda, mas seria bom que nós estivéssemos aqui e pudéssemos ver, ali, como funciona esse observatório.

Então, eu passo a palavra para a Presidente, agradecendo a vocês a recepção. E quero ouvir, porque ouvindo a gente percebe melhor o sentimento. Vocês que estão aqui é que podem falar para a gente o que é verdadeiro e o que não é, o que é bom, o que está sendo usado e o que não está funcionando. Aquilo que às vezes a gente pensa que é bom, mas vocês que estão ali na ponta sabem que aquilo ali não está funcionando, que é apenas um paliativo.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Eu vou então começar a chamar as pessoas, por um prazo de 5 minutos, e eu começo pela Risalva Telles, que é da Fundação Cidade Mãe, da Prefeitura Municipal de Salvador. (*Pausa.*) A Risalva Telles saiu. Eu passo então a palavra



para a Vera Lúcia Guimarães, que é gestora, fundadora e Presidenta do Lar Pérolas de Cristo.

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES** - Saúdo a Mesa na pessoa da Deputada Erika. Meu muito obrigada pelo convite, porque eu fui vítima de abuso sexual aos 10 anos de idade e hoje dirijo o Lar Pérolas de Cristo, que é hoje o maior abrigo de Salvador.

Para a minha tristeza, 90% do meu público também são vítimas de abuso e exploração. E eu fico me perguntando, por ser vítima e porque eu tenho na pasta lá das minhas crianças algumas que têm o DNA que prova que ela é filha e que teve um filho com o próprio pai. E essa criança já tem 4 anos de idade e ela está institucionalizada, e o pai, que é o agressor desse crime hediondo, continua solto. Consequentemente, deve estar fazendo novas vítimas. Eu me pergunto isso todos os dias, porque é muito difícil a gente saber que é a vítima que sai de casa quando o agressor continua lá fazendo novas vítimas. E eu acho que esse enfrentamento que vocês estão propondo tem que começar por aí. A medida protetiva que hoje já se coloca para mulheres vítimas de violência tem que ser colocada de imediato para afastar o agressor — e não a vítima.

Então, eu parabenizo, em nome de minhas crianças, em nome de todas as outras que estão aí sem ainda conseguir o apoio psicossocial tão importante para minimizar, porque quem é vítima de abuso sabe: a dor é para sempre, nunca acaba. A gente vai vivendo o dia a dia, vamos conseguindo sobreviver, mas a gente nunca vai esquecer que um dia fomos tratadas como lixo.

O sonho que na minha adolescência era abrir uma casa para dar o suporte que eu não tive, hoje, para mim, está se tornando um pesadelo. Como eu falei antes, a gente tem uma casa de acolhimento para 120, 8 anos sem nenhum aumento *per capita*, e a gente fica 3, 4 meses tentando receber a migalha que é disponibilizada, porque, em Salvador, a gente sabe que se invertem os valores. Eu sou de uma ONG e eu tenho que arcar com 80% do valor de um acolhido. A gente fica se perguntando, quando chega o dia de a gente comprar comida, por que eu tenho que ir para imprensa chorar e pedir que me deem um pouco de comida para que eu não feche aquela porta. Eu fico perguntando: política pública é isso?



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Você não tem convênio com a Secretaria de Assistência Social?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES** - Eu tenho um convênio tripartite, onde a gente recebe 50 reais do Governo Federal, 175 do Governo Estadual e 175 do Governo Municipal. E há 8 anos é esse mesmo valor.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E quantos adolescentes? Você tem crianças e adolescentes na casa?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES** - Isso.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Quantos?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES** - Cento e vinte.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Cento e vinte crianças? Qualidade?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES** - Eu tenho de zero, porque a gente acolhe bebês também, até adolescentes com 18 anos.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas bebês abusados ou bebês de mães que abandonaram o tráfico de drogas, que eram usuárias de drogas, ou coisa assim?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES** - A gente tem duas bebezinhas que foram traficadas, e a gente tem algumas que as mães faziam exploração sexual. E aí, quando elas estão na rua com a criança, o Judiciário toma a criança e a gente acolhe.

Diante disso, a gente também abriu um novo projeto, que é uma comunidade terapêutica que dá suporte a mães adultas usuárias de substância psicoativa. A gente se habilitou num convênio com a Secretaria de Justiça e conseguimos abrir essa casa. E o CAPS Gregório de Matos, o CAPSAD, lá no Pelourinho, é quem encaminha essas mulheres adultas. E, para a nossa surpresa, todas que foram encaminhadas pelo CAPS com os filhos não desistiram do tratamento. Então, eu acho que, apostando ainda no vínculo afetivo...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Isso é uma grande vitória, né?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES** - É. A gente acredita nisso e estamos tentando estar mantendo essa porta aberta. E hoje eu falo um apelo aqui, a essa Mesa tão linda de mulheres, mulheres guerreiras que estão, sim,



preocupadas com a criança, com o adolescente, com toda série de violações de direitos, nos ajudem a não deixar que essa porta se feche — não só do Pérola de Cristo —, mas de todos os abrigos de Salvador e dos interiores também. A gente precisa, sim, de políticas públicas. Não se trabalha com enfrentamento descosturando uma rede, e a rede infelizmente, sem o suporte... A gente sabe que casa de acolhimento é tida como um mal menor, mas ela é estritamente necessária no momento em que a gente precisa dar o suporte psicossocial às vítimas.

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - De nada, querida. Parabéns.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Vera Lúcia.

Passo a palavra agora para Jane de Souza, Assistente Social do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador, que aqui representa a Dinsjani Pereira dos Santos, Presidenta do Conselho.

**A SRA. JANE DE SOUZA** - Vou pedir licença para falar sentada, porque estou com um equipamento ultrapassado. O meu outro pequenininho quebrou e, aí, vou utilizar esse. A minha fala está aqui.

Sou assistente social da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, há 22 anos, trabalhando com mulheres no pré-natal.

Já vinham discutindo e pedindo para se discutir a criança no ventre da mãe, antes do nascimento, porque, a mulher que é vitimizada e sofre violência, principalmente física, quando está grávida, a criança também está em sofrimento, e nós não temos onde colocar essas mulheres.

Trabalhei em Mussurunga, na unidade de saúde básica, com crianças vitimizadas por abuso sexual. Lá, naquela região do aeroporto, é rota também da exploração sexual. Criança não se prostitui, ela é explorada sexualmente — para mudar os nossos discursos, o nosso entendimento.

Eu começo a minha fala dizendo o seguinte:

*“Hoje, estou representando a Secretaria Municipal de Saúde e componho o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador — CMDCA.*

*Os problemas globais que afetam a humanidade vão desde a necessidade de impedir o atraso dos países em desenvolvimento à eliminação de revoltantes*



*injustiças sociais até garantir o desenvolvimento equilibrado entre o crescimento demográfico e a dinâmica de oferecer alimentos, recursos energéticos, matéria-prima, um efetivo cuidado do meio ambiente e finalmente o problema do desenvolvimento do ser humano e da garantia de um futuro com dignidade.*

*Contudo, os problemas relacionados aos valores humanos devem ser ponto sine qua non no quesito do cuidado quando tratamos das demandas que envolvem crianças e adolescentes vulneráveis quando atingidas pelas violências, que são muitas, sendo uma das mais perversas a que se concentra na especificidade da problemática, que é o abuso e a exploração sexual, ambas violências,” — não vejo diferença, porque ambas são abusos — “manifestação crua de maltrato e que interrompe o desenvolvimento harmônico, em especial da criança, e também a possibilidade de que ela tenha o desenvolvimento da sua sexualidade pautado nas frentes de descobrimento, como assevera a Dra. Cláudia Ribeiro, Professora da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, psicóloga. Expõe que, nesse processo de desenvolvimento da sexualidade, ocorrem paralelamente a dinâmica das relações afetivas, a do prazer com o corpo e, por fim, a da identificação com o gênero. Ficando claro que, sendo a criança abusada sexualmente, abuso e exploração sexual, terá sequelas profundas, psicológicas, psíquicas e sociais, e muitas dessas serão, em futuro próximo, um abusador, violentador.”*

E é isso que a gente vê, porque a gente não tem o cuidado pós com essas crianças. E, depois que elas são abusadas, cria-se um vício nelas, trazendo na linguagem bem comum, que é uma corrupção, corrompe o caráter, não porque elas querem, mas porque elas são jogadas nisso.

*“O tempo de cuidar é agora, não podemos mais esperar. O controle social trazido pela Constituição Federal de 1988 é instrumento de cidadania, e a institucionalização do controle social, através de diplomas legais ordinários, tornando-os Conselhos de Direitos, fortalece o entendimento de que a coletividade tem o dever de cuidador.*

*O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, órgão paritário, instituições governamentais e a sociedade civil organizada têm o dever de garantir, mas para isso deve atuar com visibilidade.”*



Hoje, a gente sabe que os nossos conselhos — eu estou falando aqui de Salvador — precisam realmente ser fortalecidos, porque ele é um promotor, ele propõe políticas públicas. Quem executa é o Estado, o Estado aqui não como ente, mas como poder/dever, e aí entram todas as instituições, entram todos os entes da Federação — União, Estados e Municípios —, e a gente não vê isso.

Eu costumo dizer também que eu não sei o que é mais perverso, se é a ausência do Estado como poder/dever ou a presença dele. No momento em que o Estado se omite, que aí vem o crime de omissão, ele fortalece o violentador, mas muitas vezes ele é o próprio violentador quando ele age. Então a gente precisa repensar também isso.

E fortalecer o conselho de direito é fortalecer o controle social, porque está lá na Constituição, no art. 5º; primeiro no art. 1º, inciso II, que fala de cidadania. Mas, para a gente entender cidadania, a gente precisa entender o que é coletividade, e nós não sabemos ainda o que é coletividade. A gente precisa conhecer o que é coletividade. E a sociedade civil organizada precisa participar desse processo de mudança, nessa participação efetiva. É tomar para si, se empoderar e se apoderar dos seus instrumentos legais.

Eu sou bacharel em Direito também e eu percebo, dentro desse viés jurídico, que não existe esse empoderamento coletivo das questões e dos instrumentos legais, principalmente da Constituição. E, quando a gente traz para o Conselho Tutelar e todos os conselheiros de direito a discussão de um tema tão importante: porque seremos nós, as crianças seremos nós. E o que nós queremos neste País? E eu tenho realmente me perguntado muito isso e perguntado a todos aqueles que têm realmente interesse nesse tema tão importante, porque estamos também sendo vítimas dele.

Coloco aqui essa vontade de que as senhoras lutem também pela visibilidade dos conselhos de direito, porque é através deles que se faz o controle social, e pela propositura de políticas públicas realmente eficientes e eficazes para que não se façam mais leis. Leis já existem demais; a gente precisa garantir o que estão nelas.

Essa é minha fala. Obrigada. *(Palmas.)*



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Jane. Vou passar a palavra para o inspetor George Silva Paim, que é Superintendente do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Estado da Bahia.

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - Boa tarde, Deputada Erika, em nome de quem cumprimento a Mesa e os demais presentes.

O tema realmente é bastante relevante, e nós enfrentamos sérios problemas dentro dessa estrutura que em tese deveria funcionar em rede, mas na prática isso não acontece.

A gente tem um programa constante de mapeamento de pontos de vulnerabilidade de exploração sexual, onde não necessariamente tem que se constatar a presença de um menor sendo explorado. Mas, se há possibilidade de haver ali, naquele local, a exploração de menor, ele já fica mapeado para que constantemente passemos por lá e avaliemos aqueles pontos, principalmente quando formos fazer operações específicas.

Mas é um transtorno no momento em que a gente flagra um menor em situação de risco ou numa situação já de exploração, porque não temos estruturas de acolhimento. Essas crianças ficam jogadas, às vezes, nos nossos postos, como já aconteceu, porque ninguém quer receber, ninguém tem interesse de receber. Tivemos um caso em que o juizado foi procurado, o juiz estava de férias, então ele está de férias, ninguém recebe, ninguém resolve. Então a Polícia fica sendo jogada igual a uma peteca, com uma criança na mão para cima e para baixo, sendo que os nossos postos, muito menos os batalhões da PM nem as delegacias de Polícia Civil foram estruturadas para receberem um menor, para tratar com esse menor, para dar o acolhimento devido, para dar o amparo psicológico devido. E fica a patrulha imobilizada, não pode mais fazer o seu trabalho de policiamento, de combate ao crime, de manter a segurança pública, para ficar tomando conta de uma criança, e o policial não está devidamente preparado para aquilo.

Eventualmente temos nos nossos quadros pessoas formadas numa área afim ou até na área direta, mas, via de regra, a maioria dos nossos profissionais são formados em Direito, Administração, Contabilidade e outros cursos que não têm a ver com amparo psicossocial. Então, é necessário que haja realmente esse fortalecimento. Nós temos fatos que corroboram isso.



Às vezes, são acertadas entre os órgãos que trabalham com a criança panfletagens nas rodovias federais, mas nas reuniões onde são acertadas as panfletagens não há nenhum representante da Polícia Rodoviária Federal, que não foi convidado. Então, vai ser panfletado no nosso posto, mas nós não temos conhecimento. Então, essa é a prova de que os órgãos ainda precisam muito sentar e dialogar para a construção dessa rede e desse amparo, realmente, do trabalho conjunto, concomitante, e não um trabalho isolado, cada um pegando o seu direcionamento. E, aí, quando surge o problema, estamos nós com a criança às mãos, correndo de um canto para outro, tentando resolver a vida.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - A Polícia Rodoviária Federal tem aquela Comissão de Direitos Humanos, certo? E não trabalha direto com a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Justiça do Governo? Vocês não trabalham em conjunto nessas operações, nessas ações?

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - Em alguns momentos, sim. Mas muitos dos nossos casos ocorrem na madrugada.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Aí, não tem nada 24 horas?

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - A maioria dos locais...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas a Delegacia da Criança, pelo que passaram para a gente, funciona 24 horas.

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - Nos Municípios que possuem.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Ah, que possuem. Outras, não.

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - Sendo que nós atuamos num Estado com uma dimensão territorial absurda. Nós temos mais de 7 mil quilômetros só de rodovias federais.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Imagino.

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - Fora as estaduais. Então, nós temos hoje até uma realidade difícil para fazermos flagrantes. Eu tenho o posto de Milagres em que qualquer ocorrência à noite ou no fim de semana é um deslocamento mínimo de 80 quilômetros, por falta de plantões de delegacia, fora os Municípios sem delegado. Essa é uma realidade de todo o Brasil, não apenas do Estado da Bahia, e que precisa, de fato, ser melhorada.



Além do quê — defendendo um pouquinho até o lado da Polícia Civil — simplesmente alugar uma casa para ser uma delegacia do menor não é adequar uma estrutura para o recebimento do menor. São coisas distintas, que precisam ser revistas, repensadas. A estrutura de trabalho da Polícia tem que ser construída com aquele fim, com aquele propósito, pensada e estruturada pelos engenheiros para aquele propósito, e não ser adaptada e, no final das contas, ficarmos todos nós com o pacote na mão, que ninguém sabe o que fazer, a quem entregar, a quem desejar e se alguém quer receber.

Então, não temos Conselhos Tutelares em todos os Municípios, isso já dificulta muito o recebimento. É preciso fazer, principalmente, com que essa rede se comunique melhor, porque a rede, comunicando-se bem, já facilita bastante resolvermos problemas dentro das áreas onde encontrarmos.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Quais são os Municípios que não têm Conselho Tutelar? Hoje vocês passaram uma informação de que existem 16 Conselhos Tutelares na Capital e 442...

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - *(Fora do microfone)* Nós temos hoje 442 Conselhos Tutelares, distribuídos nos 417 Municípios. Todos os Municípios têm Conselho Tutelar. Se funciona, ou não, é outra questão.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Espere aí. Aqui, ó.

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Nós temos hoje 442 Conselhos Tutelares, distribuídos nos 417 Municípios. Obviamente que a Capital tem mais do que outros Municípios. Agora, se eles funcionam a contento, é outra discussão, mas que existem Conselhos constituídos nos 417 Municípios, sim.

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - Mas é o que eu volto a dizer: boa parte das nossas ocorrências é à noite, e não tem.

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Foi por isso que eu falei que nós estamos constituindo a Escola de Conselhos, que é justamente não só para capacitar os Conselheiros, mas também fazer um trabalho de discussão com os Municípios, porque essa é uma parceria que, se a vida acontece no Município e se os Municípios também recebem um cofinanciamento do Estado para os CREAS e para os CRAS, tem que fazer uma atuação integrada, Estados e Municípios.



**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - Isso. Aí é que justamente entra a comunicação de que eu estou falando, porque, se há uma rede bem constituída que se comunica com facilidade, independentemente do horário, a gente tem como resolver. Quando a gente tem o contato da pessoa, a gente liga e encontra, às vezes, a boa vontade da pessoa de sair de sua casa de madrugada para resolver. Mas falta essa comunicação, essa rede realmente articulada e funcionando bem. Isto, de fato, está faltando: comunicação entre todos os envolvidos, e tem que ter vontade.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Secretária, já se pode trabalhar nisso, não é? Isso acontece em todos os Estados por que temos passado, onde há uma reclamação de que não tem como recolher uma criança na madrugada, não tem para onde levá-la. Isso aí pode ser uma consideração que a gente pode discutir dentro da CPI...

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Que as Prefeituras, Deputada... Permita-me...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - ... e fazer uma indicação. Não sei.

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Elas precisam ter uma participação também mais efetiva também nesse contexto,...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Também acho.

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - ... porque há um cofinanciamento do Governo Federal e do Governo do Estado. Em que pese que possa haver atrasos, mas existem, pela lei, os cofinanciamentos para as estruturas dos CREAS, dos CRAS e também dos Conselhos Tutelares.

Então, é importante que os Municípios também estejam atentos a isso, porque, num caso desses especificamente, a coisa não acontece aleatoriamente. Ela acontece ou numa divisa, ou dentro de um ou outro Município, e pode ser acionada a estrutura municipal para dar o atendimento.

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - Bem como essa falta de estrutura nas delegacias de polícia às vezes dificulta que levemos a cabo a punição do infrator, da pessoa que está cometendo o abuso, porque a gente fica tentando entregar uma ocorrência numa delegacia sem estrutura: um joga para um lado, que joga para



outro, que joga para o outro. E, às vezes, até a autoridade processante, representante, naquele momento, não quer atuar. Isso são casos que ocorrem.

Então, disponibilizo desde já o nosso órgão, a nossa estrutura para todos os contatos e trabalhos conjuntos que queiram ser feitos, que sejam necessários ser feitos, para que a gente possa vencer. Esse é um problema grave. A gente realmente tem um legado triste do nosso período da ditadura militar, mas a gente não pode ficar o tempo todo apenas usando a justificativa de que tivemos aquele problema lá atrás, porque nós estamos no hoje vivendo coisas que são pertinentes à nossa índole, à nossa cultura, à cultura que é feita no nosso País.

E a lei da Deputada Luiza veio mais do que tardiamente. É um absurdo o que se fala, o que se canta, o que se ensina às nossas crianças, direta e indiretamente, porque já não dá mais para controlar o que a criança vai ouvir, porque está no meio da rua. Está no meio da rua, repetindo-se nas redes sociais, dentro da escola. E, se ela não faz parte daquilo, ela se sente isolada. E é necessária uma reação, talvez, mais contundente. Tudo é motivo para nudez na televisão do Brasil. Não é possível! E se há um grande número de exploração é porque há um grande número de pessoas predispostas a abusar das nossas crianças, das nossas adolescentes, dos nossos jovens.

Então, é uma impunidade e uma leviandade que é aceita pela nossa sociedade de forma muito tranquila. Qualquer prostíbulo que é aberto tem uma clientela, muitas vezes, de membros do Judiciário, como nós já vimos, de policiais, de pessoas que deveriam combater e que estão sendo clientes. Isso a gente sabe e tem que encarar de frente. Não querendo acusar, nem apontar ninguém, mas a gente precisa fazer um trabalho mais consistente na questão da ética, dos valores morais, para que a nossa população reaja no seu comportamento e não mais aceite determinadas coisas como normais.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Dr. Inspetor George Silva Paim.

Eu passo a palavra à Capitã Maria Aparecida Vieira Teixeira, que é relações públicas do Batalhão Rodoviário da Polícia Militar do Estado da Bahia e que aqui



representa o Sr. Maurício Teles Barbosa, que é Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado da Bahia.

**A SRA. MARIA APARECIDA VIEIRA TEIXEIRA** - Boa tarde a toda Mesa, boa tarde a plateia. É um prazer estar aqui. Eu sou Capitã da Polícia Militar, trabalho no Batalhão de Polícia Rodoviária e, além de ser relações-públicas desse batalhão, eu coordeno o projeto de enfrentamento ao tráfico de pessoas e também a todas as ocorrências envolvendo crianças e adolescentes nas rodovias estaduais.

A gente tem uma malha rodoviária maior sob nossa responsabilidade. A Polícia Militar da Bahia tem algumas unidades especializadas em trânsito rodoviário no Estado. A nossa, que é o Batalhão de Polícia Rodoviária, atua no centro e norte do Estado. Há no sul, a primeira companhia; no oeste, a terceira; a segunda em Brumado e a terceira em Barreiras. Na verdade, as rodovias sob nossa responsabilidade são 9 mil das 19 mil quase do Estado. É uma malha viária enorme. Nós não estamos em toda a extensão dela, mas, onde estamos, criança e adolescente é um assunto que nos interessa e que é importante.

Eu estou aqui para dizer que a Polícia Militar da Bahia atua com veemência contra os autores de crimes contra crianças e adolescentes. Nós temos um trabalho realmente específico nesse assunto desde 2007 e, a partir de 2009, a gente vem com o enfrentamento mais direto principalmente ao crime de exploração sexual contra a criança e o adolescente.

Nesse período... Eu vou dizer que não é fácil — não é fácil — um Batalhão, que trabalha basicamente com fiscalização de trânsito e com enfrentamento ao tráfico de armas e drogas, passar a ver pessoas, pessoas que estão sendo traficadas, pessoas que estão sendo exploradas. Não é fácil modificar o nosso próprio olhar para ver essas pessoas. Então, foi um trabalho que a gente precisou fazer. Nós capacitamos esse pessoal para isso. A capacitação é importantíssima, porque, se o policial não estiver sensibilizado, ele não vai enxergar. Quando eu iniciei as capacitações, ele dizia: *“Eu vou ser segurança de prostituta agora, na rodovia?”* E eu passei a responder a ele que aquela era uma pessoa, que aquela era uma menina, que tinha direito inclusive a ter uma sexualidade sadia, e que precisávamos estar ali para garantir tudo isso a ela, e que aquilo poderia gerar



problemas, e problemas de segurança pública, e que a partir daí isso seria problema dele. Então a gente precisava atuar.

E o nosso trabalho, basicamente, foi em cima das capacitações, depois as campanhas que a gente passou ativamente a fazer, distribuição de *folders* principalmente em momentos específicos como o 18 de Maio. A gente participa de alguns comitês para isso. O dia 18 de maio é um dia emblemático. Nós participamos de alguns comitês para isso. Toda a semana, a gente faz uma atividade nas rodovias e, no dia específico, a gente para as autuações, inspetor, e entrega os *folders*. Paramos cada veículo.

E o nosso maior desafio foi o de que o policial passasse a ver, além da mão que entrega o documento do veículo e do condutor, o mundo que estava ali dentro do veículo, e naquele mundo poderia estar acontecendo um crime, e um crime contra a criança e o adolescente. E o de fazê-lo ver que essas crianças e adolescentes eram problema nosso e que a gente passasse, então, a se importar com eles. Eu lembro a pesquisa de Marlene Vaz em que ela perguntava aos caminhoneiros — não é Vavá? —, perguntava aos caminhoneiros: “*Você não sente como se fosse sua filha?*” “*Não, ela não é minha filha.*” Então, a gente precisa ir à rodovia com um olhar de que nós vamos nos deparar com esse problema.

Então, o que a gente tem feito, na verdade, é intensificar a qualificação desse policial. E esses resultados vêm, gente! Depois disso, depois da qualificação do policial, eles passaram a apresentar...

E eu vou contar somente dois casos. Um é deste ano, 2013. Numa abordagem policial, o nosso tenente mandou o pessoal descer para fazer a abordagem e eles estavam com uma menina no colo e usaram, então, a menina como um anteparo nesta direção. A menina escondia, na verdade, o indivíduo que estava excitado. Era uma criança de 2 anos no colo de um homem excitado. E, quando o policial foi olhar, esse homem certamente estava bolinando a menina. Na verdade, a gente descobriu que ele era um tio e que era um abuso. Conduzimos, então, à delegacia especializada. A família — o pai e a mãe — não acreditou na gente, disse que a gente tinha uma mente poluída e que o tio jamais iria fazer aquilo com a menina. Então, é com isso que a gente se depara. E o nosso policial hoje consegue enxergar.



Quais são os nossos maiores desafios? O outro caso é que, nas abordagens a gente passou a ver — e vou contar um caso da BA-522, em Candeias. Quando parou, o policial viu a menina de top — era uma adolescente de 13 anos — e a blusa atrás, no banco traseiro. Ele perguntou: *“Esta garota é quem?”* E o condutor falou que era sobrinha. Pediu documento de identificação, e ela passou. *“O senhor é irmão do pai ou da mãe?”* *“Do pai.”* *“Como é o nome do pai?”* Então o meu policial passou a fazer uma investigação ali. Ele não sabia, naturalmente, como era nome do pai. Ele não era irmão do pai daquela garota. Ele estava explorando aquela garota e foi conduzido à delegacia, onde foi autuado.

Então, assim, essas são as nossas ações. E quando o policial está sensibilizado, ele realmente demonstra para a gente. E eram coisas que não eram vistas. Nós passamos de zero a apresentar casos. Então, a gente percebe que ali é um terreno fértil. A rodovia tem problemas, sim, e a gente precisa enfrentá-los. E aí, Secretário, o que a gente precisa nessa linha do que o Inspetor falou? O Paim disse apenas que a gente precisa realmente se comunicar.

A gente precisa — e eu já pedi isso a algumas pessoas das sedes —, a gente precisa dos números dos conselheiros nos Municípios. Se a gente atua nos Municípios, a gente precisa levar. A minha sede é aqui em Salvador, mas lá em Jacobina eu não tenho DERCCA. Eu tenho que procurar. Eu tenho um posto lá em Anguera, eu tenho que saber qual é o Conselho de Anguera, eu tenho que saber os telefones. É uma rede que se comunica. Aqui em Salvador, eu até conheço diversos conselheiros, mas a minha base não é somente aqui. Eu atuo nos Municípios. Então eu preciso de uma comunicação. Seria interessante socializar esses números pra gente — eu sei que vocês os têm. Socializar com a gente, porque a gente precisa deles dia e noite.

Há outras coisas. Eles têm o mapeamento de pontos vulneráveis nas rodovias federais, e nós não temos. Mas todos os casos se apresentaram na BA-093, Simões Filho; BA-526, CIA-Aeroporto; BA-522, Candeias; e BR-420, Santo Amaro. Os outros não têm? Têm. Agora, eu não tenho mapeado. Mas os casos que me apresentaram foram nesses. Então, eu preciso.

Há outro fato que aconteceu na BA-093. Veio um demanda do Disque 100, para eu verificar uma adolescente na rodovia sendo explorada por caminhoneiros no



posto de combustível — eu estou falando um pouco rápido por causa do meu tempo — e nós fomos. A menina realmente tinha problemas psiquiátricos, dormia no *hall* de uma churrascaria, era alimentada pela caridade da dona e explorada pelos caminhoneiros de um posto de combustível ali na BA.

Na verdade, nós conseguimos contato com o Conselho Tutelar de Simões Filho, levamos a menina e a menina foi abrigada. Só que, 8 dias depois, a menina volta à rodovia. Ela não é obrigada a ficar naquele abrigo e retorna à rodovia. Eu faço o que com ela? De novo, eu faço a mesma coisa. Então, é um ciclo. Eu preciso de outras coisas! Essa menina lá — eu não! ela! — vai precisar de outras coisas. Eu não sei o que aconteceu lá no abrigo. Será que ela tinha tudo que ela precisava? É isso que a gente vai precisar repensar.

Então, essa é a minha experiência lá no Batalhão. Nós trabalhamos também com tráfico de pessoas. Eu acabei de defender uma tese de mestrado e percebi... Eu estava conversando com Crícia, Delegada Titular da DERCCA, e disse a ela que alguns crimes sexuais, ou melhor, os crimes sexuais na Bahia precisam ser observados de forma, assim, mais qualificada, porque eles podem ocultar o crime de tráfico de pessoas e tantos outros. Então, a gente precisa ter um olhar diferente, investigativo, e mais qualificado para enfrentar essas questões.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Capitã.

Via de regra, existem muitas redes de atuação. Elas mudam a forma de operar, e o Estado não acompanha essas mudanças. As redes utilizam muito a Internet, a tecnologia de informação, e o Estado não consegue acompanhar. Há redes que já não funcionam nas ruas, não são mais visíveis, mas funcionam e são acessíveis através das redes, e é preciso que a gente qualifique o Estado para que este possa acompanhá-la.

Mas a senhora sugeriu uma providência que eu acho muito simples: que os postos da Polícia Militar que trabalham nas rodovias como também da Polícia Rodoviária Federal possam ter os contatos da rede de proteção de cada um dos Municípios cobertos por aquele posto, ou seja, de conselheiros tutelares, conselheiros de Direitos, Delegados, Delegado de Polícia se houver, Promotores.



Que toda a rede possa ser acessível, para que ela possa ser contatada no momento em que haja esse processo.

É importante, da mesma forma como se estão capacitando os conselheiros, que se possa capacitar também os agentes de segurança pública, os agentes da educação, educadores e educadoras, porque há um estranhamento. Estranhamento é isso que você dizia: *“Isso aqui não é minha filha”*. A gente viu, numa hidrelétrica que estava sendo construída, em que houve uma ONG que trabalhou a sensibilização dos operários. Os operários não conseguem identificar como suas filhas, não conseguem ver ali a sua filha.

Isso me lembra de uma ocasião em que nós estávamos numa diligência numa unidade de internação em Brasília, onde havia uma revista extremamente vexatória e agressiva. E quando eu me dirigi ao comandante do BOPE que estava fazendo a revista e disse: *“Porque os meninos.”*. Ele me disse: *“Meninos, não. Meninos são os nossos filhos. Esses não são meninos; são bandidos”*. Então, isso significa que há desumanização. Portanto, o processo de sensibilização do explorador é difícil, mas é um processo que tem que ser feito. Mas fundamentalmente é preciso sensibilizar.

Acho que falava hoje o Secretário de Justiça Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, Sr. Almiro, e dizia que, muito mais do que capacitar tecnicamente, é preciso sensibilizar. Falava também o Governador Jaques Wagner sobre a necessidade de mudanças de paradigmas. Digo eu que é preciso ver em cada pessoa uma pessoa, e não ver uma coisa, mas ver uma pessoa.

Então, é um processo de desumanização, que está em curso, que faz com que nós tenhamos uma sociedade extremamente violenta, e que essa violência atinja os setores historicamente vulnerabilizados e destituídos da sua condição de sujeito.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Waldemar Oliveira, porque ele tem um compromisso e vai ter que se retirar, e nós não podemos deixar de escutá-lo. Waldemar Oliveira é Coordenador Executivo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan — CEDECA.

**O SR. WALDEMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA** - Boa tarde a todos os companheiros. Quero saudar a Deputada Erika Kokay, Presidente da Comissão, a nossa Deputada Liliam Sá, Relatora, a Secretária de Ação Social, nossa



companheira de longo tempo, Moema, a Deputada Neusa Cadore,. Também quero fazer aqui uma referência a nossa Deputada Luiza Maia, que foi, não digo, uma grande surpresa, mas, para nós, teve grande significação a atuação dela nessa linha de defesa dos direitos humanos, mais especificamente na linha das mulheres, das crianças e dos adolescentes.

Eu queria dizer que o CEDECA tem 23 anos, e nós estaremos completando 24 anos agora em fevereiro. A princípio, nós fomos fundados voltados para a questão do enfrentamento dos homicídios. Só 3 anos depois — nós fomos fundados em 1991 —, em 1994, nós nos deparamos com um quadro em que 91% das vítimas de homicídio eram meninos, e nós nos perguntamos: e as meninas, que tipo de violência sofrem? Aí fizemos a primeira pesquisa — acho que talvez tenha sido na primeira pesquisa do Brasil, possivelmente — sobre as meninas e a denominamos *Meninas de Salvador*. Concluída essa pesquisa, nós identificamos que as meninas eram vitimadas pela violência sexual. E, a partir daí, nós voltamos também o nosso olhar para essa questão da violência sexual.

Em 1996, 1997, nós não tínhamos aqui no Estado nenhuma estrutura de apoio, de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, e aí o CEDECA propôs a criação de um serviço de atendimento psicossocial e jurídico, que teve o apoio, a princípio, de organizações internacionais — na época, os governos não estavam muito sensibilizados para essa questão. Nós buscamos apoio no exterior e, só *a posteriori*, nós tivemos o apoio do Governo do Estado, que se tem ampliado e tem, não pela presença... Mas quero dizer que a Secretaria de Ação Social tem sido uma grande parceira nossa. Graças a ela, nós mantemos as portas do CEDECA em funcionamento, esse tipo de serviço continua sendo mantido e, para a nossa alegria, criou-se o Serviço Viver, que tem exatamente o mesmo modelo de atendimento. O Governo do Estado assume, como nós não temos a pretensão de sermos o grande atendimento, ter uma política pública adotada, por uma ideia nossa, o que para a gente foi ótimo.

Mas eu quero dizer que, nesses anos todos, nós tivemos uma imensa preocupação, porque nós não sentimos uma... Essa coisa que foi queixa aqui, a questão da rede, é uma coisa que a gente vive. Mas é preciso construir, é preciso



fortalecer a rede. Isso é uma coisa... Mas a gente, por vezes, sente um desânimo — um desânimo.

Acho que muita coisa podia ser realizada. Isso que a nossa Secretária coloca da responsabilização maior dos Prefeitos, eu acho que os Prefeitos ficam esperando que o Governo Federal e o Governo do Estado realizem tudo. Eles não querem, quer dizer, os Prefeitos não têm disposição, não foram sensibilizados para ter uma participação mais efetiva no enfrentamento dessa questão.

Dos Conselhos Tutelares, eu diria que a maioria deles foram criados por uma imposição do Ministério Público. Foi o Ministério Público que os impôs aos gestores. Se não fosse isso, em mais da metade dos 417 Municípios não haveria — não haveria — Conselhos Tutelares. E uma boa parte dos têm é meramente cartorial. Isso que ele disse que não funciona, não funciona; é cartorial, entendeu? Com todo o apoio. Mas eu acho que dentro de mais 3 anos...

Nós coordenamos o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual, que contém um grande número de entidades no governamentais e também Secretarias de Governo Estadual, Municipal e Federal.

Pois bem, eu acho que o Governador Wagner, por mais sensibilidade que tenha... Mas eu acho que ele deixa o Governo com uma grande dívida para a gente, Moema. Disse isso a ele pessoalmente, porque nós temos um Estado com 417 mil Municípios; nós só temos até hoje uma delegacia especializada. Como buscar, como encontrar lá quando a Polícia Rodoviária pega, se não há uma delegacia especializada em nenhum outro Município de grande porte? E nós do CEDECA não estamos querendo que se criem 417 delegacias, nem 200, nem 100 não! Nós queríamos umas 12 a 15 delegacias especializadas nas regiões, nas cidades-sedes, nas grandes cidades, em Conquista, em Itapetinga, em Itabuna, Ilhéus, Barreiras, de 12 a 15 já seria de bom grado. Mas não é uma luta de agora, da Administração Wagner. Essa luta nossa é de mais de 15 anos, que a gente vem em cima. É preciso criar as delegacias, porque os dois policiais que atuam na delegacia especializada têm uma sensibilização a mais, têm uma sensibilização a mais...

Evidentemente que aqui só tem em Salvador — e a Dra. Crícia é a Delegada Titular. Nós temos dado muita sorte, que a maioria, todas as Delegadas titulares que assumem a DERCCA são pessoas, profissionais muito sensíveis, muito



sensibilizadas, muito comprometidas, mas também não podem operar milagres, porque as condições de infraestrutura também são escassas. Precisava haver muito mais policiais, precisava haver muito mais viaturas para dar conta. Não há como dar conta!

E aí eu aproveito isso para dizer que eu me sinto muito preocupado, muitíssimo, com esse dado que se apresenta de denúncias envolvendo casos de violência sexual, porque a nossa polícia investigativa não tem a mínima condição de fazer frente a isso. A grande maioria, a esmagadora maioria das denúncias não é investigada, não é investigada por falta de estrutura.

Eu disse, já disse ao Governador que ele fez um grande... Nós tínhamos uma Polícia Militar com um número reduzido, ele contratou muito, incorporou muita gente, parece-me que 8.500 policiais. Mas eu me pergunto a todos aqui: quantos policiais civis foram incorporados durante esse mesmo tempo? Muitíssimo pouco, pouco, muito pouco. Então, nós temos uma Polícia Militar que se estruturou, que se organizou, mas nós temos uma Polícia Civil, uma polícia investigativa, inteiramente despreparada. Não é só para esse crime não, esse crime é menor, porque, evidentemente se há uma infinidade de homicídios, se há uma infinidade de assaltos — um assalto, um homicídio —, o policial vai sair da sua delegacia para investigar um caso, uma denúncia de exploração sexual? Não vai, porque a maioria dos policiais civis, a concepção que eles têm da menina que é explorada é de que é uma pequena prostituta, uma pequena prostituta que quer se dar bem. Então, ele não vai lá. Essa é uma coisa que não creio que seja privilégio da Bahia, eu acho que essa é uma coisa disseminada em todo o Brasil. Então, eu temo que isso gere uma grande frustração, ninguém denuncia.

Nós temos um esforço, Deputado, Secretária Moema, e esse número expressivo de 4 mil e poucos... Fala-se em 8 mil, eu não creio, acho que estão anunciando 8 mil aí. Isso de jeito nenhum, eu contesto esse número, não há como ter 8 mil em 10 meses! Mas esse número de 4 mil já é um número muito alto, mas nem o número nos preocupa, porque eu acho que isso não representa um maior número, quer dizer, um índice de criminalidade, mas isso representa, sim, que o fato de a gente ter feito aqui, em parceria com o Governo do Estado, umas campanhas efetivas tipo em televisão, em rádio, em jornal, em *outdoors*, cercando a cidade toda



e fazendo a distribuição desse material, isso tem estimulado a denúncia. Eu acho que alguns Estados não têm feito isso com tanto vigor. E, por isso, nós temos esse número tão significativo, que não creio tenha repercussão no índice de criminalidade.

Por outro lado, também eu vejo no Governo do Estado, no Governo Federal também, diria que uma coisa assim muito tênue no que diz respeito à exploração sexual. Acho — e a Secretária Moema fez referência ao Projeto ViraVida, que eu acho que é digno de todo elogio —, agora, eu acho que o Governo Estadual e o Governo Federal deviam tomar como exemplo esse ViraVida e promover... Devia ver, porque nós temos o ViraVida só aqui em Salvador e em Feira de Santana. E em Porto Seguro e em Ilhéus, que têm tantos casos de exploração? Por que não fazer isso? Por que não expandir? Por que não expandir isso? Por que não fazer isso também? Por que tomar isso como um referencial?

Os nossos Conselhos Tutelares. Queria dizer se aqui, na capital... É uma pena o Secretário não estar aqui, porque eu queria fazer um apelo a ele. Queremos tratar a visibilidade aos Conselhos Tutelares, porque alguns deles ficam escondidos. A população não tem conhecimento, não sabe da existência dos Conselhos Tutelares, porque ficam escondidos. *(Palmas.)*

Então, aqui na capital, que tem CEDECA, que tem essa coisa toda, a gente luta para isso, para dizer... Houve um tempo em que a desestruturação era total, não havia telefone, não havia tinta para computador. O computador quebrava, e ficava 60 dias sem computador. Quer dizer, é um desleixo para um órgão tão importante como é o Conselho Tutelar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Ela está representando...

**O SR. WALDEMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA** - Não veio, infelizmente. No que diz respeito também a abrigo, é uma coisa terrível. Eu tenho um aqui como referência: nós tínhamos um abrigo no Vale do Canela para crianças e adolescentes. Pois bem, esse abrigo foi caindo, caindo, caindo, e o ex-Prefeito permitiu que ele caísse por completo. Nós tínhamos um abrigo para adolescentes e jovens vítimas de tráfico. Foi o que serviu de abrigo para essa menina, porque ele permitiu que o único abrigo que existia em Salvador para abrigar essas meninas —



era o abrigo público — ficasse destruído. Então, são por coisas como essas que a gente fica, de certa forma, entristecido — eu diria.

Agora, acho que a gente tem avanços, alguns avanços significativos. Gostaria de dar duas sugestões, para a coisa no Brasil: nós temos aqui em Salvador duas varas especializadas. Quando o CEDECA começou a atuar, havia muitos casos em que o processo tramitava, e não se concluía. Ele prescrevia. Então, o réu não era nem condenado e nem absolvido. Simplesmente prescrevia o processo. E nós buscamos o Presidente do Tribunal à época e fizemos que ele visse a necessidade de se criar uma vara especializada para os crimes contra crianças e adolescentes. Isso foi criado. Melhorou um pouco, mas não resolveu.

Nós voltamos a ele e pedimos que criasse outra vara. E criou outra vara. Então, parece que a Bahia é o único Estado no Brasil que tem duas varas especializadas. E isso operou uma mudança da água para o vinho, da água para o vinho.

Eu quero... Eu acho que tenho tentado convencer os nossos companheiros dos CEDECAs do Brasil no sentido de criarem também em seus Estados essas varas especializadas, porque foi uma mudança muito significativa. Hoje em dia não há prescrição. Hoje em dia o acusado é julgado, muitos são absolvidos. Não há provas, o inquérito não convence o juiz e tal, mas ele é julgado, ele é julgado. Então, uma coisa é essa.

A outra: nós sabemos que boa parte da chamada exploração sexual ocorre muito nos postos, nos postos de combustíveis. Então, eu acho que fazer uma campanha de sensibilização com os proprietários dos postos, para que possam dizer: *“Aqui, no meu posto, não permito a exploração sexual”*. Vamos fazer isso. Isso pode ser feito em parceria com o sindicato dos combustíveis, com o dos donos de postos. Nós estamos tentando fazer isso a nível estadual.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay)- A exemplo do...

**O SR. WALDEMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA** - Isso.

Então, eu acho que nós estamos tentando firmar parceria com o sindicato dos combustíveis para fazer aqui, no Estado da Bahia. Já fizemos algumas palestras, mas queremos ousar mais um pouco, só que não temos tido estímulo por parte do sindicato. Mas nós estamos insistindo.



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Nos postos é municipal, não é?

**O SR. WALDEMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA** - Os postos... O Sindicombustíveis é estadual.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Tem estadual e municipal. É estadual?

**O SR. WALDEMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA** - Estadual.

No mais, queria dizer algumas coisas, mas vou deixar aqui com a senhora um fluxo de proteção de crianças e adolescentes. Esse é o material produzido pelo CEDECA e o UNICEF, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

Acho que a vinda dos senhores aqui... Sinto, porque eu acho que era importante isso. Quero só alertar, como em outro Estado. Não sei se a imprensa foi convidada. Mas seria importante se a imprensa estivesse aqui para divulgar esta reunião, este encontro. Acho que seria muito significativo.

São essas coisas que eu queria colocar. E quero dizer que nós tentamos alguns anos atrás, 5 anos atrás, que fosse feita uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura para estimular principalmente os Prefeitos a desenvolver essas políticas, para a liberação de alguns recursos, para ter algum condicionante. Para liberar o recurso, ele precisava provar que ali estava havendo ações em defesa da criança e do adolescente contra a violência sexual. Deve haver algum mecanismo que possibilite isso. Então, fizemos isso e foram firmados, parece-me que no tempo de Valmir Assunção. Foram feitos convênios, oitenta e poucos convênios, mas logo depois houve a eleição e não deu para implementar. Mas eu acho que é uma ideia a ser perseguida.

Eu agradeço a oportunidade. Peço desculpas porque não vou poder permanecer até o final. Agradeço a vinda de vocês, Sras. Deputadas.

Uma boa noite para todos. (*Palmas.*)

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Nós é que agradecemos a sua contribuição.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós agradecemos. Acho que são excelentes ideias, do ponto de vista de... a exemplo desse termo de compromisso de conduta ética para o turismo contra a exploração sexual e



comercial de crianças e adolescentes no Estado da Bahia. Acho que, a exemplo desse, deve-se fazer também um termo de compromisso dos postos, ou então um selo do posto amigo da criança.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Fale ao microfone, para a gente gravar.

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - Nós estamos fazendo um trabalho com o Ministério Público para chamar o sindicato dos postos e os proprietários para não apenas indicar a responsabilidade quanto à exploração sexual infantojuvenil, mas também quanto ao tráfico de drogas, no sentido de responsabilizá-los toda vez que houver uma ocorrência nos seus postos. Eles seriam responsabilizados por isso, para que tomem providência no sentido de coibir, porque hoje ocorre em alguns postos de combustíveis — não em todos — por total descaso do proprietário. Alguns investem em segurança para repelir, para não permitir que ocorra ali. Mas, em alguns, funcionários do posto estão fazendo o narcotráfico ou sendo agenciadores de menores.

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Deputada, permita-me. Eu queria aproveitar, então, e fazer uma sugestão. Nós temos um programa que pela manhã não foi citado e agora eu queria citá-lo rapidamente. É o PPV, Pacto pela Vida. Inclusive temos companheiros aqui que atuam de forma bastante contundente nesse programa.

Deputada Erika Kokay, esse é um programa que o Governador Jaques Wagner faz questão de acompanhar. É um programa de combate à violência, de forma geral, encabeçado pela Secretaria de Segurança Pública, mas com transversalidade com todas as Secretarias de Estado. E esse PPV, esse Pacto Pela Vida, esse comitê se reúne a cada 15 dias. E uma vez por mês o Governador participa desse comitê, preside esse comitê. Nesse dia se faz toda uma análise da questão da violência em todo o Estado, inclusive com relatos não só da Polícia Militar, como também da Polícia Civil. O Ministério Público se faz presente, a Defensoria Pública, a Justiça, todos os órgãos relacionados.

O que eu queria colocar, aproveitando que já existe o Pacto pela Vida e a sugestão dessa conversa com o Ministério Público e com a Polícia Rodoviária



Federal? Eu queria que esse assunto fosse levado para o PPV, e que fosse o PPV quem convidasse os postos de combustíveis, a representação do sindicato, para que saísse como uma política mesmo do Estado essa decisão de se fazer esse trabalho com postos de combustíveis. Então, queria que fosse colocado o trabalho do PPV.

**O SR. GEORGE SILVA PAIM** - É um prazer. Para nós, será um prazer.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Secretária, esse trabalho... E nós vimos um modelo desse trabalho em Recife, que a Polícia Rodoviária Federal faz em Recife. Muito bom, com cartazes, inclusive, colocados nos postos de gasolina — isso também tem no Rio de Janeiro, também foi feito no Rio de Janeiro —, falando da exploração sexual, que é crime, alertando os caminhoneiros e fazendo um trabalho com eles. Isso também foi feito em São Paulo. E seria muito bom.

**A SRA. MOEMA ALMEIDA DE GRAMACHO** - Eu (*ininteligível*). Eu vou levar para o PPV.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Tem o Siga em Frente Caminhoneiro, que é um...

Vou passar a palavra agora para a Promotora de Justiça Lívia Muricy Torres, que é Titular da 26ª Promotoria de Justiça e Assistência do Ministério Público do Estado da Bahia, já justificando a sua posterior e imediata ausência em função de compromissos estabelecidos.

**A SRA. LÍVIA MURICY TORRES** - Boa tarde a todas!

Eu saúdo a Mesa, na pessoa da Deputada Erika Kokay, e agradeço pelo convite, pela participação do Ministério Público.

Peço desculpas de antemão porque não vou poder ficar por muito tempo, até a finalização do evento. E também não vou me alongar muito, diante das colocações que já foram feitas pelas demais autoridades.

Mas quero corroborar tudo o que já foi dito em relação aos grandes problemas que a gente passa aqui no nosso Município na questão da área social, na dificuldade com os Conselhos Tutelares, na melhoria... Porque são realmente profissionais que a gente sente que estão se comprometendo cada vez mais com a função. Mas a estrutura realmente ainda é muito precária.



A questão dos abrigo, também, que a gente passa por problemas seriíssimos no nosso Município.

Mas eu queria trazer um tema preocupante, especialmente na atuação da minha Promotoria. Eu sou Promotora da área de infância e adolescência, na parte de vitimização, crianças vítimas de violência sexual infantojuvenil — não só sexual, mas todo o tipo de violência. A gente atua muito. Temos tido diversas denúncias no Disque 100.

Essa é uma demanda diária na nossa Promotoria. E eu quero aproveitar o momento. Eu sei que a Deputada citou que já foi feita recentemente uma CPI específica para o Disque 100, não é isso?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Uma audiência pública.

**A SRA. LÍVIA MURICY TORRES** - Uma audiência pública.

Não sei como foi discutido isso, mas eu trago, assim, o exercício diário da nossa Promotoria: um número grande de denúncias. Essas denúncias ocupam muito o nosso trabalho, da máquina mesmo, de envolver a máquina, de ofícios, de encaminhamentos, de audiências, que a gente notifica as partes. E quero trazer de que forma a gente pode repensar nesse programa, não desmerecendo o programa. É um programa maravilhoso. Eu costumo dizer: entre 100 denúncias, se uma é verdadeira e a gente consegue efetivá-la, já vale a pena o programa. Só que o que a gente tem percebido é que a grande maioria apresenta dados insuficientes. Os endereços não são fornecidos, de forma que realmente a gente consiga localizar aquele agressor, aquelas vítimas.

Outra situação eu acredito que também é um pouco cultural, é que as pessoas utilizam muito esse programa como um instrumento de vingança, querendo prejudicar o outro.

Neste ano eu tive dois casos emblemáticos na minha Promotoria, que foram descobertos realmente. Dois pais, homens, denunciam o atual companheiro da genitora, padrasto, porque quer prejudicar aquela mãe, quer prejudicar aquela relação, e é capaz de usar a própria filha para ser vítima, para se dita como vítima, e essa criança tem que passar por várias situações, desde a delegacia, exame pericial, ouvida na Promotoria. Enfim, eu venho percebendo que é cultural também do nosso País utilizar esse tipo de instrumento para poder prejudicar o vizinho com



quem, de alguma forma, teve um conflito. É lógico que essas situações a gente não pode prever e a gente tem que apurar e, infelizmente, chegar ao resultado, que a utilização do programa foi para isso.

Mas há outros, em casos de denúncias em que os endereços não são completos. Então, o que acontece? A gente utiliza, paralisa uma máquina. Vários profissionais estão envolvidos naquela situação, enquanto a gente está deixando de fazer outros trabalhos, que também, da mesma forma, são importantes.

Eu sinto realmente dó de tantos ofícios que eu encaminho para a delegacia, para a DERC e para o Conselho Tutelar. É o meu papel. Muitas vezes, em muitos casos, tendo o endereço completo, eu também marco audiência na minha Promotoria. É lógico que não sou o órgão apuratório, em essência; é a delegacia. Muitas vezes, eu tenho que esperar a apuração da delegacia. Mas muitas vezes eu faço até uma audiência prévia só para ter uma sinalização se aquele caso tem fundamento ou não.

A grande maioria... Na verdade é isso. O que eu sinto, na minha Promotoria, é que a grande maioria não tem fundamento. Então, a gente tem que questionar esses números que são anunciados, de quatro mil e tantas denúncias, e, principalmente, repensar uma forma de filtragem dessas denúncias, porque a gente acaba realmente movimentando uma máquina desnecessariamente. Não sei de que forma foi questionado isso, mas é preciso repensar essa filtragem ou exigir, talvez, critérios mínimos para que a denúncia seja realmente registrada. Não dá para ser no local tal, numa casa amarela, com uma árvore no meio, porque, muitas vezes, é assim, entendeu? Não há o número da residência, não há o nome das pessoas. Eu sei; são crimes, muitas vezes, difíceis de serem elucidados.

A sociedade está cada vez mais sendo informada dos meios de comunicação, das formas que a gente tem de denunciar, mas não dá também para vir, de qualquer forma, uma denúncia que seja de qualquer forma, porque aquela denúncia realmente vai gerar um procedimento nosso. E esses procedimentos vão gerar vários e vários ofícios; o procedimento fica lá em aberto, porque a gente tem que esperar o retorno de cada um desses ofícios que a gente encaminha. Então, é preocupante essa situação, dificulta o nosso trabalho, não sei de que forma. Eu hoje



estou hoje aqui para a gente pensar juntos... E que em outros momentos também sejam discutidas essas questões.

Fora isso, eu quero esclarecer que a minha Promotoria trabalha muito mais com a parte que cuida da vítima de violência. Não trabalho com a parte criminal, do crime especializado em exploração sexual. Nesse aspecto, eu parabenizo já a estrutura que a gente tem no Município, pelo Viver, que é um projeto que funciona muito bem! Tenho retornos, assim, maravilhosos de crianças e adolescentes vítimas de violência, que realmente recebem um acompanhamento eficiente. Há o setor jurídico, com o qual também trabalhamos em conjunto. Então, é uma experiência que eu trago.

Quando a rede se estabelece, quando ela consegue ter esse retorno, e essa rede realmente existe e se efetiva, os resultados e os ganhos são muito rápidos. Então, quero trazer também essa questão de que uma rede que traz falhas, que traz buracos, impede todo um processo, enquanto as outras redes que estão aí e que funcionam muito bem, que são as redes que estão na Internet, que estão nos grandes eventos. E essa rede funciona muito bem! E a nossa rede ainda está capengando, para que a gente realmente traga um resultado mais efetivo.

Quero também trazer a questão da cultura do sexo, como está sendo muito discutida entre nós. A Bahia realmente é um Estado que vem se destacando em termos de qualidades negativas de uma música degradante. Ainda bem que existem iniciativas, como um projeto da Deputada Luiza Maia, que trouxe essa reflexão. E isso realmente mexe com a cultura do sexo em nosso Estado. Aqui existe realmente uma cultura de banalização de tudo isso, e a forma que a gente tem para combater isso é através de políticas públicas eficientes. A Deputada trouxe aqui que não basta ter políticas públicas, que é preciso qualidade! E essa qualidade, a gente tem que...

Estou tendo contato agora com uma equipe de pesquisadores, de psicólogos, da área psicossocial, e o que eu vejo é que já existem, dentro da produção do conhecimento, várias teses, várias monografias sendo feitas. Que a gente busque esse conhecimento, essa produção do conhecimento científico para respaldar as nossas campanhas. Em relação aos dados estatísticos, há muita coisa sendo construída, sendo feita, e de que forma a gente pode se lançar, trazer esses elementos para fazer uma campanha, uma política pública mais eficiente!



Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Promotora.

Vou passar a palavra para o Desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá, Coordenador-Geral da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

*(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, para o Sr. Eduardo Afonso Maia Caricchio, que é Juiz em exercício da 2ª Vara Especializada Criminal da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - O senhor pode vir aqui para a frente, para poder ser registrado, por favor.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada pela contribuição.

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Eu cumprimento a Deputada Erika Kokay e as demais Deputadas pela iniciativa.

Sou Juiz da 2ª Vara Crime contra a Criança e o Adolescente. No próximo ano eu completo provavelmente 40 anos de Justiça, e gostaria de informar e dizer que nunca tive uma experiência tão difícil na minha vida de magistrado, de advogado, quanto tenho passado nessa Vara que trabalha com crime contra a criança. Já trabalhei em vara de tóxico, mas essa Vara realmente bate todos os recordes de dificuldade.

São sintomáticas as manifestações dos policiais, do cidadão Waldemar, pessoas que vivem o dia a dia da violência. Como nós também estamos no final de linha, passamos com essa dificuldade de ver a realidade por que passam as nossas crianças, particularmente no que tange à violência sexual, que nós podemos dividir em dois grupos: de violência fora do ambiente domiciliar, do ambiente doméstico, e de violência dentro de casa, praticada pelo pai, pelo irmão, pelo tio. Esta ainda é pior. Esta choca de maneira tal que até um juiz de 40 anos de vida forense se sente traumatizado, e mais ainda porque vê que a lei não atinge, não atende a toda a necessidade, à gama de diversidade de casos de violência sexual que estão hoje permeando mais do que nunca — e, aí, eu comungo com a Deputada Luiza Maia — por influência da televisão.



Só para ilustrar e dar um exemplo, tive uma comarca em que, quando estava passando aquela novela, *Barriga de Aluguel*, foi uma quantidade de jovens engravidando — uma coisa assustadora. A máquina judiciária já não dava mais conta de tanta jovem engravidando. Qual foi a única solução da qual pude lançar mão? Providenciar, no maior auditório da cidade, uma palestra com médicos e pessoas outras da sociedade, psicólogos, e fazer uma explanação e dizer que tudo aquilo que estava passando na *TV Globo* era literatura, faz de conta, que não levassem aquela orientação ao pé da letra. E, só apelando para o bom-senso e para as famílias, foi que realmente a coisa começou a entrar num ritmo mais de normalidade, porque a máquina judiciária já não dava conta de tanta jovem engravidando.

Eu quero registrar, por essa experiência desses anos todos lidando com violência sexual, que um fato que me chamou a atenção também, que fica sempre focando no homem, como violador, como algoz, mas é preciso se levar em consideração, em muito grande grau, a participação da vítima feminina, particularmente. A mulher tem tido uma participação excepcional e negativa. Eu poderia contar aqui, para a senhora e em casos de mulheres facilitando toda essa violência sexual. Algumas até têm coragem de dizer, na mesa de audiência, diante dos pais: “*Não, doutor, fui eu que fui lá, chamei ele; ele estava estudando — o rapaz, no caso —; fui eu. Eu assumo a responsabilidade.*” E os pais foram embora, deixaram a mesa de audiências. Então, essa moça teve coragem.

Mas coisas, assim, absurdas... A irmã que começa e quer conviver maritalmente com o irmão. O juiz chama, tenta por todas as formas dissuadir que ela tenha o irmão como marido. “*Não. Doutor, eu só quero o meu irmão. Eu tinha que escolher — minha mãe morreu — ou meu pai ou meu irmão. E eu optei por meu irmão, e não quero outro homem.*”

Então, a participação feminina tem sido muito grande. Lidar com essa situação, por exemplo, do turismo sexual... Eu tenho um artigo pronto para publicar e não publico porque é a expressão da realidade e pode ser que choque a sociedade. Estou sem publicar esse artigo. Quem anda na orla de Salvador vê os turistas chegando e os taxistas e gerentes de hotel, todo mundo facilitando o turismo em que uma moça jovem vende sua virgindade aos 12 ou 13 anos por 300, 400 ou



500 reais. Essa é a realidade da orla de Salvador. E já vem acertado da Europa, o ajuste é feito na Europa.

Nesse artigo meu, eu falo que o turismo sexual é uma caixa de ressonância, aqui como nas Filipinas, no Terceiro Mundo, da realidade sexual da Europa. Só que lá a sexualidade é regulamentada, e aqui nós não a regulamentamos. Se tivéssemos a prostituição regulamentada aqui, a prostituta profissional seria uma vigia, uma vigilante natural dessas crianças, para que não entrassem tão cedo na prostituição. Nós não temos. O Estado não dá conta da realidade, e o que nós temos aí, dia a dia, são levadas e mais levadas de jovens entrando para a prostituição por força da necessidade econômica.

Isso não tem solução se a mídia não se ombrear, se a mídia não desestimular, se a Valdirene da novela das 9 continuar namorando nas escadas, com o marido no andar de cima. Essa é a realidade das novelas. Todas as mulheres na novela das 9 hoje têm dois homens.

O Código Civil novo, para quem o leu atento, tem lá nas entrelinhas a poligamia liberada — no Código Civil novo! —, só que nós não adotamos a formalidade cultural de assumir a poligamia. Então, nós temos a realidade em que uma é a esposa e as todas demais são putas. Essa é a realidade com que as mulheres se tratam. A promiscuidade, o desrespeito entre as mulheres é muito grande.

Então, nós precisamos tomar uma posição de consciência cultural, uma posição coerente, madura. Precisamos chamar pessoas que trabalham nas pontas — juiz, polícia, ONGs — para serem ouvidas, mas ouvidas realmente, e buscar situações como a que propôs o cidadão Waldemar, de regionalizar o problema. Nosso Estado é muito grande, o Brasil é muito grande.

Eu acabei de fazer um mestrado, uma pós-graduação, e digo: ou se regionaliza o Brasil... Isso quem me disse foi o Senador Josaphat Marinho. *“Senador Josaphat, o senhor defendeu o federalismo e agora é contra o federalismo? Por quê?”* Ele disse: *“Eduardo, quando eu defendi o federalismo, na minha tese de catedrático, esperava-se que poderia ocorrer a Terceira Guerra Mundial. Não ocorreu Terceira Guerra Mundial nenhuma, e o que ficou muito evidente é que os Estados Unidos é que estavam certos.”*



Cada Estado lá é um país. Aqui nós pretendemos regulamentar um país deste tamanho, continental, com um Código Penal. Os mesmos prazos que correm dentro do Estado de Sergipe correm dentro do Amazonas. Para a vida do advogado isso é um sufoco — para a polícia, para as instituições. Não tem quem aguentar. Portanto nós estamos fazendo de conta que estamos tentando resolver. Mas o que vai acontecer com os nossos filhos e netos?

Então, nós precisamos sair da falácia, partir para a situação do corpo a corpo, como eu já tive oportunidade, numa comarca, de fazer. O Desembargador Salomão Resedá veio uma vez me visitar e disse: *“Eduardo, você está fazendo mais aqui do que eu em Salvador”*. Eu tirei as prostitutas, chamando a sociedade para dar curso de empregada doméstica. E certifiquei pela Justiça. Todas, certificadas, foram trabalhar em São Paulo e deixaram a prostituição.

Então, trabalhos objetivos, geração de emprego, isso resolve a situação. Enquanto ficarmos no faz de conta ou vierem leis empacotadas de cima, de Brasília, com uma realidade tão diversa como a de cada Estado que temos neste País, é realmente impraticável.

Hoje eu estou com um processo em cima de minha mesa para saber o que eu faço: 8 anos de reclusão para um cidadão que simplesmente passou a mão por cima da roupa na vagina de uma criança — 8 anos. Imaginem a despesa que o Estado vai ter, imaginem, com a família desse cidadão, o que vai acontecer. Para uma lei que diz que a lei não deve passar da pessoa do criminoso...

A Lei Maria da Penha, tal qual a nº 217, está passando, e com folga, da pessoa do criminoso para toda a família, que não tem nada a ver com a história. Então, como fica a cabeça do juiz: *“Poxa, eu vou prender o cidadão? E as filhas dele, que já estão mocinhas, vão fazer o quê na vida? Quem vai alimentá-las?”* Elas vão provavelmente usar aquilo que é possível: o corpo. Essa é a realidade.

Então, nós precisamos botar o pé no chão, sair dessa falácia de que estamos realmente tentando achar uma coisa do nível da Europa e trazer para a nossa realidade, pegar quem está envolvido com o dia a dia para ver o que fazer, com soluções práticas e objetivas dentro das escolas — palestras, informações, esclarecimentos. A televisão tem que ser chamada à responsabilidade, porque nós estaremos fazendo papel de bobos aqui enquanto tentarmos achar uma solução e a



novela botar lá o que ela quer e bem entende, degradando a mulher, degradando a sexualidade, e por aí vai.

Para encerrar, quero concluir com a reflexão da Sra. Deputada. É o seguinte: a criança é vítima de uma violação aos 3 ou 4 anos de idade. Passam-se 3 ou 4 anos, e um dia ela se apresenta diante de uma mesa onde há juiz, eventualmente uma promotora, mas provavelmente um promotor, 3 ou 4 homens, e essa criança tem que relembrar tudo do que foi vítima, tudo o que se passou com ela. Ou seja, o traumatismo da audiência passa a ser maior do que o que aconteceu com ela na realidade. Uma forma de se fazer essa audiência sem dano para essa criança que foi violentada sexualmente é solução da mais urgente, para que não se perpetue, do ponto de vista psicológico, um trauma que poderia até, por força da natureza, ficar na faixa do esquecimento.

Muito agradecido às senhoras. Parabéns pela iniciativa. Estou aqui à disposição.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Doutor, gostaria de perguntar ao senhor quantas Varas da Infância tem o Estado.

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - No Estado, cada comarca — cada juiz, naturalmente, é um juiz da infância — agora é especializada no crime. Aqui em Salvador nós temos duas Varas.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Duas Varas? E cada Vara tem...

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Cada Vara com média de 1.200 processos, por aí.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mil e duzentos processos, isso em todo o Estado?

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Não, isso aqui na Capital.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - No Estado?

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - No Estado, tantas quantas são as comarcas eu não tenho assim de lembrança. Nós somos 417, mas vai por aí, talvez umas trezentas e tantas ou 400 comarcas. Todo juiz de direito naturalmente é um juiz da infância e juventude.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - O senhor acha que deveria haver mais varas da infância aqui?



**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Não, nós não dependemos de quantidade. Por isso que achei muito oportuna a manifestação do Waldemar quando fala em termos de Bahia, que somos um Estado grande, e de regionalizar. Aquela ideia do Waldemar atende, de certa forma, e atenderia a polícia, porque pegaria logo as comarcas de maior porte. Ele falou de Ilhéus, Itabuna, Conquista. Aquilo é ideia... A realidade da Bahia é que nós somos um Estado grande. Ou seja, já não precisaria ser assim, por exemplo, em Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, mas a Bahia, aqui na nossa posição nordestina, é um Estado grande. Não podendo botar em todas, porque evidentemente seria muito custoso, botar-se-ia pelo menos nas cidades, como foi a sugestão do nosso...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Nas maiores regiões.

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Nas regiões, nas comarcas de maior porte. E aí ele falou, parece, em 12 ou 14, alguma coisa assim.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Que é o que ele acha ideal.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Que acha ideal. E a delegacia? Só tem uma delegacia para atender aos 417.

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Na delegacia aqui na Capital.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Na Capital. Isso atrapalha o trabalho da Vara da Infância?

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Não. Isso, de certa forma... O trabalho policial se desenvolve também com certa dificuldade, mas há a possibilidade de ser suficiente talvez mais uma delegacia; se hoje temos duas Varas, duas delegacias. Mas há a possibilidade, por exemplo, no interior, de se dotar departamentos especializados para a criança... O que o cidadão Waldemar falou foi do despreparo da polícia civil para lidar com... Mas a partir do momento em que se vai especializar, em que se vai treinar pessoas, com uma delegada para aquilo e agentes policiais para a lida com a criança e com a violência, resolve-se o problema. Não precisa criar uma delegacia — é a minha posição. Não precisa criar uma delegacia, mas, dentro da delegacia, criar um departamento para a criança. Vocês das ONGs concordam? É a posição das ONGs também.



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Porque isso facilitaria, agilizaria também o trabalho.

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Facilitaria a despesa, agilizaria o trabalho, porque vamos convir que, para lidar com criança, só mesmo tendo uma boa especialização.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E como é o trabalho? Como vocês recebem uma criança vítima de abuso sexual? Como é feito o trabalho da Vara?

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Com todo o cuidado possível. Eu que sou um pai de seis filhos e sou avô, é como se fosse um neto, como se fosse um neto. Mas isso é a minha, é daquela colega, daquela promotora, mas não é uma coisa institucionalizada. Tentou-se implantar aqui, mas ainda não é uma realidade, o tal depoimento sem dano.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Depoimento sem dano.

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Com a ajuda de psicólogos, através de uma sala adrede preparada com uma rede interna de imagem. Isso poderia facilitar. Isso está me chocando, porque, para a senhora ter uma ideia, dias passados, a promotora perguntou a uma criança, e ela foi se esconder debaixo da mesa para poder dizer como foi violentada. Quer dizer, é um trauma que está sendo lembrado à criança, uma coisa que ela quer esquecer. Então, o processamento dessa forma está sendo talvez mais traumático do que a própria realidade que a gerou. Nós precisamos urgentemente que os legisladores tentem logo achar uma solução para isso; já seria de bom tamanho para a nossa realidade processual.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Está bom. E o senhor é favorável ao depoimento sem dano?

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - É, esse é o depoimento sem dano.

E sou favorável também à maior conscientização feminina; a mulher precisa ser chamada à responsabilidade. Só para dar mais uma ilustrada, passou-se num processo que uma mãe passava pimenta no ânus de uma criança só para irritar e incriminar o cidadão de ter feito sexo anal com essa criança, e a perita não teve



condições de distinguir se aquela assadura foi de uma penetração ou se foi de uma pimenta. Então, a cabeça da mulher zangada chega a esses comportamentos.

É preciso dar mais responsabilidade à mulher, particularmente, no meu ponto de vista... Aí já é a minha manifestação como radialista, porque sou radialista e quero divulgar esta possibilidade de que, já na natalidade, sem autorização do varão, não sendo casada, a mulher tenha uma guarda provisória até que haja a autorização do varão, porque, do contrário, vamos ter mulheres parindo o tempo todo para pegar pensão, pegar dinheiro, pegar... E é preciso dar...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Como é que é? Explique melhor isso, por favor. É uma boa ideia. (*Risos.*)

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Aí já estou fugindo do assunto, mas como as senhoras são Deputadas... Exemplos não faltam: o jogador de futebol que está na cadeia; Silvio Santos; Pelé; Roberto Carlos e tantos e tantos homens que são chamados depois, às vezes: “*Você é pai dessa criança*”, essas coisas todas, porque a mulher vai, não só por ele, mas por qualquer outro, ter relações sexuais, mas não diz que suspendeu o uso da pílula. Ela vai imbuída de pegar o filho daquele homem.

Se isso ocorre com uma mulher que é casada, normal; com uma mulher que convive, mora oficialmente, normal; mas num encontro, em um momento em que se sai para uma relação sexual, essa mulher engravidar? Aí eu acho que ela teria que respeitar a condição masculina de não querer o filho. Esse filho poderia ser dela até a amamentação ou pelo tempo que se estabelecer, e depois o pai decidiria, porque a lei já prevê. Não é novidade o que estou falando, porque a lei já prevê, o ECA já prevê essa situação. Chega o momento em que a lei vai dizer que pai e mãe é quem cria melhor, e não quem pariu. Já se sabe disso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Juiz. Essa é outra discussão.

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Fica para outras discussões.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É claro.

**O SR. EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO** - Obrigado.

Boa noite a todos.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vou passar a palavra para o representante do Tenente-Coronel Admar Fontes, que é Coordenador de Polícia Comunitária, polícia do Brasil.

É óbvio que eu discordo completamente do seu raciocínio, mas nós não vamos fazer essa discussão agora.

Eu chamo o Major da PM Celso Couto.

**O SR. CELSO SOUZA COUTO** - Boa noite a todos.

Sou o Major Couto, pertenço ao Comando de Operações da Polícia Militar e sou o Subcomandante do Tenente-Coronel Admar Fontes, que é atualmente o Chefe da Coordenação de Policiamento Comunitário.

Sras. Deputadas, o que tenho para dizer aqui praticamente já foi dito muito bem pelos inspetores — o Inspetor Paes e a Capitã Maria Aparecida —, com os quais, em tese, eu concordo na sua totalidade. O ponto de vista que foi dito pela Capitã foi no aspecto do policiamento rodoviário, a possibilidade desses acontecimentos contra a exploração sexual. A minha ação é no aspecto geral do Comando de Policiamento Operacional, no qual temos também um grande mapeamento das zonas da Capital, principalmente nos lugares turísticos das cidades, onde há uma preocupação das nossas unidades operacionais no tocante à exploração sexual. Como exemplo, temos aqui o nosso Centro Histórico, bastante conhecido pelos turistas, mas infelizmente também alvo dessas ações de exploração sexual.

Na verdade, eu trabalho mais com o aspecto preventivo. Hoje nós estamos à frente — muito bem citado pela Deputada Moema Gramacho — da Coordenação do Policiamento Comunitário, na qual estamos fazendo esse trabalho com base também nas UPPs do Rio de Janeiro. Nós estamos trazendo essa filosofia governamental bastante explorada pelo nosso Governador do Estado, Dr. Jaques Wagner, e a Polícia Militar hoje já conta com 13 bases comunitárias, nove na Capital e quatro no interior do Estado: — Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro e Itabuna.

Nosso trabalho... Não vou aqui citar a situação em si da problemática da exploração, e sim um trabalho preventivo que a Polícia Militar vem fazendo através dessas bases comunitárias, dizendo à senhora que hoje mesmo foi dado o início,



através da SEDEC — e acredito que deva ser de conhecimento também da Deputada Moema Gramacho —, a um curso para 35 policiais militares que serão envolvidos justamente nesse trabalho, no combate à prevenção ao trabalho infantil e à exploração sexual. Essa é a minha participação. Não vou me ater ao aspecto muito bem citado aqui pela Capitã Aparecida, com o qual concordo na sua totalidade, das dificuldades que nós temos.

Eu, que já tenho 28 anos de serviço público, sei muito... Comandei várias unidades aqui na cidade no período de coordenação do policiamento e sei o que é isso. Quando a gente tem uma guarnição que atende a um tipo de ocorrência, ela fica presa praticamente na maior parte do seu serviço, dando aquele suporte àquele acontecimento, apesar do grande apoio por parte das duas delegacias que nós temos, DAI e DERCCA.

Mas independente dessa situação, precisamos rever, ter uma maior participação de políticas públicas no tocante a essa situação. Às vezes, em conversa, na minha unidade, eu sou favorável, talvez, como indicador, inibidor, para tentar tirar essas crianças dessas condições, ao aspecto da família. Eu acho que a família tem uma grande participação.

Hoje nós estamos vendo a sociedade brasileira sendo agredida de uma forma triste. Como policial militar que está no combate dessas ações, é triste dizer isso. Acho que uma maior integração das escolas pelo Município seria muito louvável. E também já está partindo do Governo do Estado a ideia do tempo integral nas escolas, de criarmos mecanismos para ver se inibimos essas ações, que realmente estão deixando a desejar, bem como a imagem do nosso País no mundo, no exterior..

É isso o que tenho a dizer. Não vou me delongar, porque, realmente, as pessoas que falaram aqui a respeito desses assuntos foram felizes. Hoje, representando o Coronel Admar Fontes, estou mais no aspecto preventivo. Essa que é a minha participação mínima, e espero que seja de grande valia para a Mesa e para esse estudo.

Parabenizo-as. Que continuem fazendo esse tipo de trabalho por nosso País.

*(Palmas.)*



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Sr. Celso Couto.

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Deputada, permita-me...  
(*Fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pois não.

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Quero pedir licença porque estou indo a um evento, que é um encontro de prefeitos. Já era para eu estar lá às 17 horas, e como é em Camaçari, tenho que me deslocar. Vamos pegar o engarrafamento ainda pela frente.

Mas quero só parabenizar, mais uma vez, a CPI e dizer às Deputadas e ao Deputado que veio pela manhã que são sempre bem-vindos. E queria dizer que, efetivamente, muita coisa tem sido feita, mas é claro que ainda temos muitos problemas. Precisamos, cada vez mais, trabalhar com processo social e educacional também, não temos dúvidas disso. E precisamos entender que há muita coisa a ser feita pelo poder público, que não pode, de forma nenhuma, se eximir do seu papel, mas também pela família que precisa ter todo um trabalho de resgate de valores e de, cada vez mais, entender o seu papel enquanto família. Hoje a família tem terceirizado o seu papel, e a gente precisa resgatar isso.

Mas, acima de tudo, é preciso que muitas das conquistas que nós obtivemos nós possamos ver as formas de viabilizar, intensificando a formação, para que conquistas que as mulheres adquiriram ao longo de tantos anos e de tantas lutas não sejam interpretadas como problemas, a exemplo, permita-me o Juiz aqui, da Lei Maria da Penha. É uma grande conquista das mulheres, e a gente não pode, em hipótese alguma, deixar que ela seja encarada como um problema.

Mas eu concordo também com o senhor. Precisamos fazer muito mais gestões para que a comunicação e a formação sejam cada vez mais voltadas para educar e para garantir o direito de cada cidadão e de cada cidadã, principalmente no tocante ao direito das crianças e dos adolescentes.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nome.



**A SRA. VALDELICE MACHADO DE MOURA** - O meu nome é Valdelice, eu sou ex-conselheira tutelar...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Valdelice Machado, ex-conselheira tutelar do Bairro de Pernambués, de Salvador.

**A SRA. VALDELICE MACHADO DE MOURA** - Isso. O que eu queria pedir à senhora é que, no carnaval do ano que vem, os panfletos que vão ser distribuídos tenham todos os idiomas. Como é que a gente faz uma campanha de combate à exploração sexual no aeroporto, onde nós recebemos pessoas que vêm de outros países, com panfletos em português? Eu trabalhei, sim, senhora, na campanha, e o pessoal que chega de outros países não fala a nossa língua. Como é que se faz uma campanha sobre isso?

O panfleto, tanto o do ano passado... Nós estamos em 2013, não é? O de 2012 e o de 2013 não tinham outros idiomas; todos em português. Então, eu queria pedir à senhora que, por favor, faça em outros idiomas, porque a gente não tem como combater a exploração sexual se quem vem usar as nossas crianças, os nossos adolescentes nos nossos Estados é de outros países. Como é que fala a nossa língua, se não sabe?

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Ok. Isso já foi corrigido. Na Copa das Confederações já foi feito nos dois idiomas e no próximo carnaval será também.

**A SRA. VALDELICE MACHADO DE MOURA** - Então, ótimo. Muito obrigada.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Secretária, não é só isso, não. Isso acontece em todos os aeroportos brasileiros. Eu tenho reparado isso. Até o Proteja mesmo está lá, mas está tudo em português.

**A SRA. MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO** - Nós corrigimos na Copa das Confederações.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Nós temos que colocar também essas campanhas lá com a Ministra Maria do Rosário e pedir a ela que faça em inglês, porque eles estão chegando, e está tudo em português. Foi muito boa a sua colocação, uma boa lembrança.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - A sugestão, a gente vai encaminhar para todas as campanhas, inclusive à Secretaria de Direitos Humanos.



Eu vou passar a palavra para a Keith Carla Argolo. Agradeço à Secretária Moema Gramacho.

Passo a palavra para a Keith Carla Argolo, que é Coordenadora do Conselho Tutelar da cidade de Salvador. Em seguida, vou passá-la para a Claudenice Teixeira Cerqueira Mayo.

**A SRA. KEITH CARLA ARGOLO DOS SANTOS** - Boa noite.

O meu nome é Keith. Eu faço parte do Conselho Tutelar V, de Itapuã, da Orla. Nós temos uma demanda crescente relativa a abuso sexual. Nós ouvimos muito aqui falar sobre capacitação de conselheiros. Nós desejamos, sim, essa capacitação continuada, porque entendemos que é necessária. Identificar essa demanda, às vezes, não é tão fácil. A gente se debruça nisso todos os dias, quando a gente faz algumas observações de que as violações acontecem no seio da família.

Mas a gente sente também que, além de capacitar os conselheiros tutelares, precisa também da sensibilização do sistema de garantia de direito, a exemplo do Secretário que não está aqui, que não se faz presente. Hoje a nossa maior angústia realmente é institucionalizar essas meninas. Nós não temos instituições para acolher essa demanda. A gente chega a entrar a madrugada, contando inclusive com telefonemas, com pessoas que possam fazer parceria com a gente. Nós sofremos muito com isso. Já chegamos aqui, em especial a Antonisa, que não está aqui, a colega também que é ex-conselheira, a rodar 216 quilômetros dentro do Município, buscando alguém que pudesse acolher a nossa demanda. Ou seja, nós tornamos a vitimizar. Muitas vezes nós, conselheiros, é quem vitimizamos a nossa demanda, porque não temos com quem contar.

O nosso Secretário às vezes, por desconhecimento, precisa capacitar os conselheiros, mas precisa sensibilizar as assessorias, os Secretários, a exemplo do nosso Secretário que, no carnaval, insatisfeito com a nossa insatisfação, desejou...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Quem é o seu Secretário?

**A SRA. KEITH CARLA ARGOLO DOS SANTOS** - Maurício Trindade. Desejou nos colocar para fora do Conselho, porque ele desconhece como é feito todo o processo seletivo.

Então, a gente clama aqui é que essas parcerias possam ser fortalecidas, porque nós sentimos muita falta. Senti-me contemplada quando a Polícia fez o seu



desabafo. Realmente é. Nós não temos um Conselho que funcione 24 horas, não existe isso aqui. Nós não temos como, nós não temos efetivo para isso, estrutura, veículo. Nós contamos, sim, com o Conselho, com pessoas, muitas, que têm vontade de trabalhar, mas ainda temos essa deficiência.

Então, o nosso maior clamor hoje é por termos parcerias, verdadeiramente, porque a rede ainda ela permanece precisando de ajustes. A rede continua furada. E a gente pede aqui a vocês que possam, nessa luta também, junto com o Conselho, fazer esse trabalho com a gente, porque às vezes é exaustivo.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Hoje é o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar. Parabéns a vocês!

**A SRA. KEITH CARLA ARGOLO DOS SANTOS** - Obrigada.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Deus abençoe. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Parabéns!

Bom, eu vou passar a palavra para a Claudenice Teixeira Cerqueira Mayo, que é Delegada Titular da Delegacia para o Adolescente Infrator e representa os senhores Maurício Teles Barbosa, Secretário de Estado de Segurança Pública da Bahia, e Hélio Jorge Oliveira Paixão, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado da Bahia. Depois da Claudenice, eu passo a palavra para a Ivone e, em seguida, para Ana Crícia.

**A SRA. CLAUDENICE TEIXEIRA CERQUEIRA MAYO** - Boa noite a todos e a todas.

Estou aqui como delegada da Polícia Civil, eu e a Dra. Ana Crícia, representando o delegado-geral. Eu trabalho na Delegacia para o Adolescente Infrator, portanto trabalho com adolescente autor de atos infracionais.

Eu quero chamar a atenção só para o aspecto do abuso sexual também praticado por adolescentes. Nós temos também um número mais ou menos razoável de adolescentes que praticam abuso sexual. Na realidade, é uma dificuldade muito grande, porque são adolescentes que praticam atos sexuais, de modo geral, com os próprios familiares, geralmente com irmãos, e a família protege muito esse adolescente que está praticando aquele ato sexual com a própria irmã. Então, é uma dificuldade enorme, inclusive para a gente investigar.



Nós tivemos o caso, na semana passada, da denúncia de um menino de 12 anos que abusou sexualmente da irmã de 1 ano e meio. Nós recebemos a denúncia e fomos à casa, para chamar a mãe e saber o que tinha acontecido. Quando a mãe foi com as duas crianças, tanto a de 1 ano e meio quanto o menino de 12 anos, ela chorava muito e dizia que realmente tinha conhecimento do fato, mas que o filho não era do marido com quem estava convivendo atualmente e que ela tinha muito medo de que o marido, quando soubesse do fato, colocasse o menino para fora. Ela não tinha ninguém para proteger essa criança, que também era filho dela. Então, há assim uma dificuldade muito grande nesse sentido. E ela também disse que não denunciou por conta disso e que ele sabia que o filho fez aquilo. Ela pressionou muito, ele contou, mas ele não iria...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Quem denunciou?

**A SRA. CLAUDENICE TEIXEIRA CERQUEIRA MAYO** - Foram pessoas da vizinhança que ligaram, telefonaram para a Delegacia. Nós fomos lá e realmente constatamos que houve esse abuso contra uma criança, de 1 ano e meio, e que a mãe se omitiu por medo de perder o marido ou de o marido colocar o filho de 12 anos para fora de casa.

Então, a gente tem muitos casos parecidos de mães que, como são também mães de adolescentes, têm medo de denunciar. E deixam que isso aconteça e que os filhos pequenininhos sejam abusados sexualmente, sem essa conscientização de que elas também devem fazer alguma coisa. As próprias mães deixam a criança sozinha em casa para um filho tomar conta, e é aí geralmente que acontecem esses casos. Então, a gente tem que chamar a atenção também para a conscientização dessas mães, dessas famílias que convivem com esta situação e que realmente não denunciam os filhos ou filhas. Às vezes, isso acontece com menino também, não é só com menina, e esses filhos ou filhas são abusados sexualmente pelos próprios irmãos ou primos, porque às vezes convivem várias pessoas em casa, parentes, e as pessoas não denunciam e, muitas vezes até se revoltam, quando alguém denuncia. Já aconteceram casos desse tipo, de várias crianças serem abusadas na própria casa por primos, por irmãos e, quando denunciaram, as mães foram lá e fizeram um escândalo enorme dizendo que isso não acontecia e, depois, os próprios meninos confessaram que realmente abusaram.



Então, esta é a nossa situação, trabalhando com adolescentes em conflito com a lei, nos casos de abusos sexuais. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Dra. Claudenice.

Vou passar a palavra para a Sra. Ivone Santos.

Como o representante do Sr. Almiro tem um compromisso, vou passar a palavra para a Dra. Ana Crícia e para o representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil.

Com a palavra Ivone Santos, Coordenadora do Conselho Tutelar II, da cidade de Salvador.

**A SRA. IVONE SANTOS** - Saúdo a Mesa. Boa tarde a todos. Estou como conselheira e, muitas vezes, eu me sinto impotente quando se trata de abuso sexual de criança e adolescente, porque os direitos deles são violados, na maioria das vezes, por familiares, por pais ou por irmãos. O que acontece, muitas vezes, é que, além de a vítima ser violada, ela ainda tem que sair de casa, mas o agressor continua, porque é muito lenta a nossa lei. Embora tenha uma lei, ela não funciona como deveria funcionar. Muitas mães são coniventes, porque muitas têm filhos do primeiro casamento, já estão no segundo casamento, e é o padrasto que abusa, e ela não tem como se manter, ela não tem casa para morar, os parentes, muitas vezes, não querem, e elas aceitam aquela situação de ver suas crianças serem violadas.

Eu atendi a uma família em que as três crianças foram violentadas, foram vítimas de abuso sexual. E, aí, eu falava com ela sobre como iríamos resolver isso. Foi uma situação muito difícil, porque ela realmente não tinha familiares nenhum aqui, ela veio de outro Estado e não tinha onde colocar essas crianças, não tinha como ficar. E o agressor disse que, se ela retirasse a queixa, que aí, iria ficar tudo bem, que ela iria ter a casa, tudo. Daí ela retirou a queixa e continuou com a criança convivendo com a mesma situação.

Então, nós, Conselheiros, muitas vezes por não existir uma rede de proteção, por não funcionar essa rede, vimos acontecer essas coisas e não podemos fazer nada. Sofremos as consequências, porque vemos as crianças serem violadas nos



seus direitos, na maioria crianças de 5 anos, de 6 anos, de 8 anos, e nós ficamos com as mãos cruzadas.

Essas famílias deveriam ter políticas públicas que dessem conta de ajudar, que amparassem essas mulheres. Não adianta elas darem queixa se elas não têm do que sobreviver. Como elas vão sobreviver com três, quatro filhos? É isto que eu quero: que as políticas públicas funcionem, que as redes funcionem, que tenha uma rede que dê assistência a essas mulheres e a essas crianças, para que realmente venhamos a ter um país melhor. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Ivone.

Vou passar a palavra ao Sr. Admar Fontes Júnior, que representa aqui o Sr. Almiro Sena Soares Filho. Em seguida, para a Dra. Ana Crícia de Araújo e para o Sr. Marcos Vinícius.

**O SR. ADMAR FONTES JÚNIOR** - Boa noite a todos! Boa noite à Mesa, em nome da Deputada Erika Kokay! Tentarei ser breve.

Muitas falas expressivas, de grande valia, mas ainda não foi falado aqui sobre a cultura machista. Eu sou Coordenador do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado da Bahia e membro do Comitê de Enfrentamento da Violência à Criança e ao Adolescente também. Ministramos palestras nos Municípios da Bahia, nas escolas, para o CRAS, para o CREAS, para os Conselhos Tutelares também.

A cultura machista que impera em nosso País e no Estado da Bahia é muito grande! Temos um ditado de família em que só tem meninos, só meninos, que diz: "*Meu lobo está solto, segurem suas ovelhinhas*". É isso que impera.

Vou falar sobre um dos exemplos que eu dou em sala de aula. Eu tenho um irmão, mas eu digo que tenho uma irmã, e digo para os adolescentes que ela é muito bonita e que vou apresentá-la a eles. Daí eu converso com eles, e aí tudo pode, eles querem, sim, conhecer minha irmã. Mas, quando eu digo que meu irmão também poderá também conhecer a irmã deles, aí não pode. Ou seja, impera isso no menino, nos adolescentes. Eles mentalizam que o menino pode pegar duas, três meninas, mas a menina não pode pegar. Já começa aí a cultura machista.

Há também a banalização da mulher na mídia. Comercial de carro tem que ser com uma mulher de biquíni; de cerveja, também tem que ser com uma mulher de biquíni. Agora, eu acho que o comercial da Cervejaria Bohemia mudou. Para mostrar



que a cerveja é boa — não estou falando de álcool, não quero falar disso não —, o comercial não precisa mostrar mulher nua, não! *“Temos tradição.”* Só estou dando um exemplo de como a mulher é usada, de como a mulher é banalizada em nosso País, certo? Eu gostaria que vocês abrissem a janela, visualizassem isso.

Pois bem. Outra preocupação também nossa é com o interior do Estado da Bahia. As crianças e os jovens adolescentes estão sendo fisgados por propostas de empregos: para os meninos, futebol, um futuro Neymar; para as meninas, empregos como os de modelo e atriz. Eu acabei de dar uma palestra na escola e disse: *“Ó, vai ter uma promoção agora. Ligaram de São Paulo dizendo que eu preciso levar cinco meninos para fazerem um teste na escolinha de futebol e preciso de cinco meninas para um teste no PROJAC, no SBT, seja onde for”*. Na mesma hora eles se levantam. Eu acabei de falar, na palestra, sobre exploração sexual, sobre tráfico de pessoas, mas na mesma hora eles se levantam e não querem nem saber se vai falar para o pai, se vai falar pra diretora. Eles querem ser “aquele Neymar”; elas querem ser “aquela modelo”, “aquela atriz”. Parece que a palestra entrou por aqui e saiu por ali. O que eles querem mesmo é ser famosos, certo? Eles querem ser famosos. Pois bem, isso é o que acontece em nosso Município.

Outra coisa também que as senhoras do Conselho Tutelar também deixam bem claro — eu trabalho com os agentes públicos, com os agentes comunitários de Paripe, é a lei ali, principalmente, não é colega? — é a lei do tráfico. E todos os problemas do Município para enfrentar a violência sexual e o combate à exploração desses jovens no tráfico de pessoas é o problema, é a lei do bairro, é a lei do traficante, e este é um grande problema também que eles falaram para a gente. Os agentes comunitários falaram: *“Doutor, a gente não tem como enfrentar a lei do tráfico, porque é pela obscuridade. A gente não tem. Se a gente entregar, informar que aquele traficante está explorando aquele adolescente, seja pra droga, a gente morre no outro dia, porque nós não temos proteção.”* E realmente esta é a realidade, sim, não só do Estado da Bahia, mas da Federação.

Inicialmente, no que diz respeito aos dados estatísticos, deve ser salientado que, segundo informações fornecidas pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Estado da Bahia, no período compreendido entre 2011 e 2012, ocupou o primeiro lugar em índice de violência sexual. Em 2013, já houve



redução, caímos para o terceiro lugar em número de dados de violência contra a criança e o adolescente.

Diante de tal conjuntura, a Secretaria de Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos do Estado da Bahia, tendo em vista a prioridade que deve ser conferida ao enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente, para tanto, extraiu informações, perante os órgãos, instituições e entidades afins, para o fim de identificar as providências e os encaminhamentos efetuados, com vistas a efetivar, concretamente, a mencionada política pública.

Entramos em contato com o Ministério Público, com a DERCA também, que nos forneceram dados. A gente tem aqui, eu posso passar depois para vocês, para as senhoras...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Está difícil? Então, senta aqui para você ler.

**O SR. ADMAR FONTES JÚNIOR** - Sim, claro. Obrigado.

Assim sendo, ao manter contato com o Núcleo de Direitos Humanos, que é da Secretaria da Justiça, verificou-se que os casos de violência sexual contra a criança e o adolescente são priorizados pelo Núcleo de Direitos Humanos. Sendo oportuno registrar que as vítimas são encaminhadas, por intermédio de um técnico em Direito, aos órgãos correlatos, a exemplo dos Conselhos Tutelares — a gente sabe também a dificuldade para vocês monitorarem ou acompanharem essa vítima —, à Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente (DERCA) da Polícia Civil, e ao Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (CAOCA) do Ministério Público do Estado da Bahia.

Ademais, registre-se que, além dos encaminhamentos, são adotadas providências no sentido de acompanhar os casos, objeto de denúncia junto aos órgãos e instituições pertinentes, para que o acesso efetivo à Justiça no Estado da Bahia seja alcançado.

A título preventivo, o Ministério Público do Estado da Bahia promoveu a campanha *Ajude a Combater a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, que também nós participamos juntamente com o Ministério Público, que contou com a participação da artista Ivete Sangalo. A Campanha serviu também para o carnaval.



E, segundo a mencionada servidora, cresceu expressivamente o número de denúncias após esta Campanha.

Ainda, em 2013, pois entende que a sensibilização e a conscientização são ferramentas essenciais para alcançar a participação da sociedade no combate a esta espécie de violência e, por conseguinte, à redução das violações sexuais contra o indicado segmento social. O CEDECA, capitaneado pelo Dr. Valdemar, um parceiro, lançou campanhas também e inúmeras mobilizações correlatas ao enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente. Eles fazem capacitações também. No carnaval houve a campanha *Solte a Voz neste Carnaval*, de grande visibilidade.

E a pergunta da minha colega, também respondendo a ela, fizemos também *folders* este ano para a Copa das Confederações e, já prevendo para o carnaval, planejamento de 2014, em espanhol e em inglês, porque realmente era um fato real mesmo, não havia. As propagandas contra exploração sexual, trabalho escravo, tráfico de pessoas só estavam em português, e nós as colocamos agora em inglês e em espanhol, para que realmente atendam à Copa do Mundo, ao carnaval, quando vem gente de todo o mundo, e às Olimpíadas. Isso aí, nós já sanamos este problema também levantado pela senhora.

E, por último, registre-se que o CEDECA executa o Projeto “Não Viaje Nessa! Diga não à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo”, a partir do qual foram realizadas inúmeras oficinas, com carga horária de 16 horas, nas Cidades de Salvador, Imbassaí, Praia do Forte, Itaparica e Vera Cruz. Realmente o CEDECA é mesmo pioneiro no combate ao enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente; é membro também do Comitê de Tráfico de Pessoas, de combate e enfrentamento do tráfico de pessoas. E a Secretaria de Justiça do Ministério Público e o CEDECA também compõem o Comitê de Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente do Estado da Bahia.

Estamos, Deputada, de portas abertas.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Vocês não fazem projeto, urgência...

**O SR. ADMAR FONTES JÚNIOR** - Não, temos também projetos, como o PPCAM. O Projeto PPCAM é o Projeto de Proteção à Criança e ao Adolescente



Ameaçado de Morte. A gente acolhe a criança, dá um suporte à criança. Desde que começou, nós já atendemos 145... Não, um total de 183 vidas, 26 famílias, 106 inclusos neste programa. E os trabalhos que a gente faz de enfrentamento na rua é mais na exploração sexual da criança e do adolescente, na linha de tráfico de pessoas, as meninas que estão sendo traficadas e os meninos que estão sendo traficados.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Vocês têm algum caso recente?

**O SR. ADMAR FONTES JÚNIOR** - De criança e adolescente?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É.

**O SR. ADMAR FONTES JÚNIOR** - Não. Aqui no Estado da Bahia não, mas de exploração sexual já com adultos.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Com o recorte.

**O SR. ADMAR FONTES JÚNIOR** - Com o recorte já.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Esse daí que aconteceu há pouco tempo, aqui, na Bahia, mas foi com adultos.

**O SR. ADMAR FONTES JÚNIOR** - Foi com adultos.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Tá. E o que mais que vocês têm que a Secretaria está fazendo para os grandes eventos?

**O SR. ADMAR FONTES JÚNIOR** - Grandes eventos. A gente está com o planejamento de 2014, pronto, já para os grandes eventos, que englobam os ensaios. A partir de dezembro, começam os ensaios de verão em Salvador. Então, a gente tem ações, já entrando em contato também com os próprios cantores, para que eles façam, deem 5 minutos de fala nos *shows* deles. E que, no carnaval, eles possam falar do Disque 100, do Disque 180, o que a gente fez no ano passado.

No Pelourinho, a gente tem um projeto de colocar em cada restaurante — estamos sensibilizando, é trabalho de formiguinha mesmo —, para sensibilizar tanto os empresários do ramo artístico quanto da parte de culinária. Estamos conversando com eles sobre Disque 100, sobre Disque 180, sobre a importância e o enfrentamento tanto do tráfico de pessoas e o enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente, pedindo a eles que colocassem cartazes em seus estabelecimentos, mas que sirva também de sugestão a um projeto de lei que impusesse a colocação do combate, do selo de enfrentamento nesses locais, no



centro histórico, no Farol da Barra, pontos turísticos em que a gente sabe que tem exploração sexual, que sabe que tem o tráfico, sim, o aliciamento e o tráfico da pessoa ali.

A sugestão nossa é esta: que seja feito um projeto de lei nesse sentido.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ADMAR FONTES FILHO** - Pode. Pode, sim.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - O Governador pode dar uma canetada, pode fazer isso por decreto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pronto. Obrigada, Dr. Admar Fontes Júnior.

Vou passar a palavra para a Delegada Ana Crícia de Araújo Almeida Macedo. Em seguida, enfim, ao Marcos Vinicius Almeida Magalhães. Tem uma pessoa que se inscreveu. Quero saber se alguém mais quer se inscrever? *(Pausa.)* É só levantar a mão que a gente colhe a inscrição.

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Boa noite a todos! Eu gostaria de saudar a Mesa, na pessoa da Deputada Erika. Sua colocação inicial foi muito brilhante, principalmente a que se refere à exploração sexual, quando se pontua a circunstância da vítima de exploração sexual, que envolve não somente uma questão de gênero, quando a maioria é meninas, como também envolve a questão racial, quando elas são negras, e quando também envolve a questão econômica, porque a exploração sexual se difere das outras formas de violência sexual justamente pela questão econômica. Daí a necessidade de se buscar políticas públicas para atender a esse público específico.

Eu sou Ana Crícia, Delegada da DERCA, Delegacia de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente, a única no Estado da Bahia, acho que todo o mundo já ouviu falar. Tenho 19 anos na Polícia Civil, 10 anos na DERCA, 2 anos como Delegada Titular. A gente busca, dentro dessa gestão, focar o atendimento da criança e do adolescente, vítima de violência sexual, principalmente, porque entendemos que é algo que tem que dispor de muita sensibilidade e de muito cuidado para não ter revitimização.

A delegacia realiza os atendimentos presenciais, como também temos as denúncias anônimas do Disque 100 e do próprio Disque-Denúncia da Polícia Civil.



Além disso, recebemos também, como fonte de demanda, os procedimentos oriundos do Ministério Público, como a Dra. Livia colocou aqui, como também do Conselho Tutelar. Daí nós temos uma média anual de 4 mil ocorrências ao ano registradas em nosso Sistema de Ocorrências Presenciais, além das outras demandas que nós já citamos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Quatro mil de violência sexual?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Não. Quatro mil ocorrências...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - De violência contra crianças...? De violação de direitos?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Exatamente, de violação de direitos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Quantas de violência sexual? Você tem isso? Você pode depois levantar.

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Uma média de mais de 400. Não é a maioria, a maioria é lesão corporal, seguida de maus-tratos. A violência sexual fica, mais ou menos, em terceiro lugar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Quatrocentos por ano.

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Por ano.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Desses 400, quantos tiveram atendimento?

Nós gostaríamos de ter o seguinte dado. Por isso eu queria perguntar ao Secretário ou ao Dr. Admar também. Dr. Admar, quantas ocorrências são feitas e quantas se transformam... Todas as ocorrências viram um inquérito, certo?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Procedimentos. Podem se formalizar também o Termo Circunstanciando de Ocorrência, que é outra forma de procedimento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - A gente precisava saber quantas se transformam em inquéritos e quantas viram...

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Eu tenho os dados do ano de 2012. Nós concluímos o ano com 444 inquéritos remetidos; 1.500 — não



me lembro dos outros dígitos — 1.550, mais ou menos, de Termos Circunstanciados encaminhados à Justiça.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Mil quinhentos e cinquenta, você falou?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - É

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Em 2012?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Em 2012.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Termo Circunstanciado, TC?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Quantos inquéritos.

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - São 444.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Desses inquéritos, quantos... Isso, de violência sexual, não é isso?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Em 2012, 1.158 Termos Circunstanciados; e 444 inquéritos remetidos. A maioria é de crimes sexuais, mas também podem envolver outros tipos de crimes, os inquéritos policiais. Os Termos Circunstanciados envolvem as outras violações.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Desses inquéritos, você tem notícia de quantos sofreram denúncia do Ministério Público? Qual é o prosseguimento? Não tem, não é?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Não, não tenho. Não tenho essas informações.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Quantas dessas crianças vocês remetem, quando vocês atendem a um caso de violência sexual? Eu não sei se violência sexual, ocorrência... Vocês encaminham para onde essa criança ou esse adolescente?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Quando se trata de um fato que é levado ao conhecimento da delegacia, essa criança ou esse adolescente é trazido à delegacia por algum responsável, na sua maioria a mãe. Ela vem trazer o fato de que aquela criança está sendo abusada em sua casa, muitas vezes, por outro parente. Então, nesse caso, ela é devolvida a sua mãe, devendo ter o acompanhamento do Conselho Tutelar. Se esse violador permanece nesta casa, o



Conselho Tutelar tem que acompanhar o caso, para ver se não teria que ter outro encaminhamento, talvez, até ser encaminhado à Justiça, a parentes, à família extensa, para ela não permanecer...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Mas eu falo atendimento multidisciplinar na área de saúde, por exemplo, atendimento psicológico, suporte, assistência social e tal.

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Não. Na própria delegacia a gente não tem, mas a gente conta com suporte...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu sei que não tem na delegacia, mas vocês encaminham para o CREAS?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Para o Projeto Viver. O Projeto Viver tem equipe multidisciplinar com assistente social, psicólogo e também atendimento jurídico.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Este Projeto Viver é da onde?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - É da Secretaria de Segurança Pública e funciona no mesmo prédio em que funciona o IML. Então, a criança é encaminhada para exame médico...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, é do Estado?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Do Estado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ele atende a crianças do...

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Crianças, vítimas de violência sexual.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas ele atende a crianças... Ele existe onde? Só aqui em Salvador?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Só aqui em Salvador.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E as crianças de outros locais? CREAS? Eu não sei.

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Deve ser em outros Municípios, né?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É.



**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Deve ter acompanhamento pelo CREAS municipal.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Não tem um policial, psicólogo, na estrutura da delegacia?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Não. A gente conta com o Serviço Viver, que é da Secretaria de Segurança Pública. O encaminhamento é feito pra lá. É lá que tem esse suporte.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Quantos policiais têm?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - A gente tem, mais ou menos, uns 40 policiais, 40 policiais.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E não tem nenhum psicólogo?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Não, nenhum psicólogo.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas por quê? É porque não tem, não fizeram concurso, porque é uma norma de vocês, o que é?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Não há concurso específico para isso.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas a criança chegou, a Delegada faz ali o registro, não vai passar pela psicóloga? Até sair de lá, a criança pode ter se esquecido, na hora ali não passa pela psicóloga, para uma triagem, não? **A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Esse encaminhamento é imediato.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Esse encaminhamento é imediato?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Imediato. Ela assim que... Mesmo quando não se mencione que tenha sofrido uma violência mais grave, a gente solicita que a criança seja submetida a exame médico, porque esse tipo de violência, às vezes, ela não fala.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Tem atendimento especializado à criança, vítima de violência, na rede de saúde, unidades em algum canto?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Sim.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Saúde?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Para criança?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Que é um órgão da Polícia Militar?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Não, da Segurança Pública.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Fica ao lado do IML. Fica ao lado do IML.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Segurança Pública?

**O SR. JAIME RAMALHO NETO** - Depois eu esclareço melhor. Eu sou o Tenente-Coronel Ramalho Neto, da Superintendência de Prevenção à Violência. E o Projeto Viver — nossa Superintendência foi criada, em 2011 —, passou a integrar a estrutura orgânica da minha Superintendência, que é um órgão da Secretaria de Segurança Pública. É como a doutora narrou, o Viver auxilia a investigação de qualquer tipo de violência sexual contra crianças e adolescentes e há uma equipe multidisciplinar que atende a essas crianças antes, durante e depois, acompanhando o quadro dessas crianças lá. Então, a gente tem esse trabalho que está sendo acompanhado por psicólogos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Não tem nada na rede de saúde que possa acompanhar essas crianças?

**O SR. JAIME RAMALHO NETO** - Não. Eu, inclusive, fiz uma palestra, na quinta-feira da semana passada, para a população de rua, e tinha alguns integrantes do Município. E nós fomos relatando essas questões da população de rua, mostrando a dificuldade do sistema de saúde municipal em recepcionar essas pessoas, vítimas de violência sexual ou não, mas vítima de violência, porque o serviço de saúde só funciona das 8 horas da manhã até às 17 horas, mas não funciona aos sábados e aos domingos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Quem, o Viver?

**O SR. JAIME RAMALHO NETO** - Não; o Viver funciona direto, entendeu? Estou falando em relação à questão de saúde municipal. O Viver funciona...



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Os hospitais não funcionam?

**O SR. JAIME RAMALHO NETO** - De que eu tenho notícia, não.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ele só funciona até às 17 horas?

**O SR. JAIME RAMALHO NETO** - Não, nos Municípios. Em Salvador, temos os nossos hospitais de referência, o HGE, o Roberto Santos, que trabalham normalmente e recepcionam. Depois, os encaminhamentos periciais, é que é outra história em relação a isso. E depois eu complemento.

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Então, para finalizar, eu acho que todo mundo estendeu, foi bem colocado e foi feliz nas suas colocações. Eu me lembro da fala de Dr. Lívia, em relação ao Disque 100 também, que é uma angústia nossa, porque, muitas vezes, nós nos deparamos com muitos casos que são improprios. Mais ou menos como ela falou, fruto de uma vingança, ou de um vizinho ou de um ex-marido que quer prejudicar alguém, e, muitas vezes, coloca aquela criança na delegacia. Então, a gente tem que ter cuidado para não ter que submetê-la a um exame médico desnecessário, o que seria outra violação. Então é algo realmente para se refletir quanto à forma como está sendo conduzido. É um grande e importante fato, para o qual eu chamo a atenção, é que esta é a grande demanda dessas denúncias. É importante que se coloque que é um serviço muito sério, com o qual tem que ter esse cuidado, porque, numa denúncia que é apurada, que é improprio, a gente perde duas vezes, porque a gente demanda material humano, equipamentos, viatura, para verificar aquele fato, deixando de apurar um fato já existente e que precisa ser concluído na delegacia. Isto nos angustia muito, quando a gente desenvolve um trabalho para verificar uma denúncia e não consegue concluí-la como verdadeira, e, infelizmente, é entendida como improprio.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pronto?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Pronto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar a palavra, então, ao Marcos Vinícius.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Doutora...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu tenho um aqui, de 2012.



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Deu de 2012? Ah, tá.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - De 2013, quantas foram as ocorrências?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - Ocorrências, nós estamos em torno de 2.700 ainda.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - De violência em geral, não necessariamente sexual?

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - É. Não necessariamente sexual.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu vou, então, passar a palavra ao Dr. Marcos Vinícius de Almeida Magalhães, membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia, que aqui representa o Sr. Luiz Viana Queiroz, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - Boa noite! Eu quero saudar, em nome da Deputada Erika Kokay, a todos os presentes e agradecer a presença de todos. Não quero ser mais o mesmo em relação à discussão. Eu queria só, em nome da Comissão de Direitos Humanos, tentar, enfim, dentro desse esforço perfunctório das representantes do Poder Legislativo, pedir que se mantenha a sensibilidade e que, de alguma forma, muito alinhado ao que a Deputada Erika Kokay colocou em sua fala, no início da instalação dos trabalhos, que se mantenha inclusive o foco no âmbito da prevenção e da proteção das vítimas. Enquanto Comissão de Direitos Humanos da OAB, a gente entende que uma resposta essencial ou primordialmente punitiva só reforça esse aspecto Estado penal, que contraria a lógica de um Estado mais social e que deve atuar mais nos investimentos de estruturação de políticas públicas de garantias de direitos, reforçar toda a norma brasileira no sentido de assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes.

Eu quero dizer que, enquanto dados aqui... Por exemplo, todas as autoridades aqui estiveram representando os órgãos que compõem o sistema de garantias de direitos.

Eu tenho atuado junto com o CEDECA e com o UNICEF em algumas formações e, em todas elas, a gente tem iniciado a discussão pautando a questão



relacionada aos direitos humanos no sentido de sensibilizar os policiais da DAI, os policiais da DERCCA, do Batalhão Rodoviário, da Polícia Militar, do Batalhão de Choque daqui, os conselheiros tutelares. A gente fez algumas formações, ao longo deste ano de 2013, e na segunda-feira estaremos entrando nas bases comunitárias da polícia. E essas formações têm sido no sentido de discutir esta cartilha do fluxo.

Há um ponto interessante, já que vocês falaram em fluxo do atendimento. Eu fui voto vencido, no que tange ao fluxo da exploração sexual, quanto ao atendimento inicial. Existe na cidade de Salvador um serviço especializado — muito qualificado, muito bom —, mas que compromete a lógica de fluxo que a gente espera no âmbito de política pública. A gente queria um fluxo que orientasse o atendimento em qualquer situação, em qualquer cidade. Mas nesse fluxo, a vítima de violência sexual é apresentada, primeiramente, ao VIVER (Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual). E eu, pelo menos, me lembro de ter pautado o tempo todo: *“Gente, no encaminhamento primeiro não é a responsabilização que se busca, é a atenção, o cuidado, a proteção do indivíduo; é encaminhá-lo para o serviço de saúde especializado”*, até para forçar a saúde a se estruturar.

A gente vive hoje aqui um quadro de arranjos, de omissão do poder público. Eu acho que o maior responsável pelas violências cometidas contra crianças e adolescentes, de modo geral, principalmente a exploração sexual... A gente sofre, no caso aqui da Bahia, um processo de criminalização muito forte das vítimas. Eu trabalhei no sistema socioeducativo alguns anos e, reiteradamente, o fundamento dos encaminhamentos, inclusive da questão de gênero e de etnia, se afirma preponderantemente.

Eu diria que no interior é muito recorrente a associação de adolescentes à questão comportamental e disciplinar, no sentido de gerar um estigma também relacionado ao próprio exercício da questão da sexualidade mal interpretada, conservadora ao extremo e, diria, até de uma forma muito reacionária. Eu diria inclusive que, pelos discursos feitos aqui, dá para entender um pouco como se apresenta a sociedade baiana: tem um ar de *“liberou geral”*; as autoridades do sistema de garantia de direitos muitas vezes são violadoras do direito e há falta de compreensão do como lidar. É um tema muito complexo. A gente lida com a questão do sujeito de direito, mas existe uma condição peculiar, inclusive relacionada a uma



visão adultocêntrica mesmo — acho que foi a Deputada Érika que colocou —, em que se põe num limbo a questão da afetividade, da possibilidade de exercício da sexualidade no sentido da liberdade, mas também do respeito ao direito ao corpo e ao sexo. Há uma confusão por parte das pessoas. Eu acho que *“nem tanto ao mar, nem tanto à terra”*.

Eu particularmente acho que isso compromete inclusive as propostas, porque a rede não se entende. Existe aqui uma questão de concepção muito complicada para a gente enfrentar, e que precisa madurecer, porque não se reúne e não se enxerga como rede. E isso afasta. As últimas campanhas... Eu tenho discutido com alguns amigos, até alguns psicólogos. Eu não estou querendo criticar gratuitamente, eu não quero ser do denunciamento. Ao contrário, eu quero é favorecer, até diante de autoridades do Poder Legislativo, que se percebam, já que vocês estão coletando diagnósticos, as impressões das pessoas. Eu acho que algumas campanhas se distanciam muito da realidade fática mesmo. Falar com um ursinho de pelúcia, tratando da questão da infância, de alguma forma até erotiza, enquanto, na verdade, os símbolos relacionados ao machismo não participam dessa discussão. Alguém aqui falou das cervejarias. Eu acho que há necessidade de se focar os outros ícones — a questão dos jogos esportivos, essa abordagem relacionada ao Sistema S, aos sindicatos. Todas essas instituições têm uma grande penetração em relação aos violadores potenciais.

A exploração e a violência não vêm apenas com o fluxo migratório ou apenas com o turista, não, mas existe no nosso cotidiano. Isso é muito marcante aqui, numa realidade em que, de alguma forma, a cultura do corpo, volto a dizer, *“nem tanto ao mar nem tanto à terra”*, não precisa ser necessariamente condenada e, com o Poder Legislativo querendo partir para a linha do controle de corpos, do controle ideológico. Eu acho que é um caminho complicado de se seguir, mas eu senti um pouco disso aqui, a partir dos discursos de algumas pessoas.

Particularmente no campo da defesa das garantias e liberdades individuais das pessoas, falando pela OAB, acho que a gente tem que estar atento a isto de censurar, oprimir e combater dessa forma, pois não é o que se espera e não vai resolver a questão. Eu acho que a linha é a da sensibilização mesmo.



Eu queria dizer que, também, no campo de Salvador, só para reforçar tudo o que já foi dito, a gente tem uma rede da exceção. Na formação de policiais, coloca-se toda a dificuldade, por exemplo, de eles atuarem em parceria com os conselhos tutelares — tem aqui representantes dos conselhos que podem falar disso —, porque, por exemplo, os conselhos não têm profissionais suficientes, não têm estrutura e não atuam 24 horas — e não tem hora para as coisas acontecerem. Os policiais são retraídos, por exemplo, em relação ao direito de inviolabilidade de domicílio, mas o conselho tutelar teria autonomia para substituir até o mandado de um juiz, porque, na aplicação de uma medida de proteção, ele pode determinar: *“Acompanhe-me, estou requisitando; entre comigo nesta casa”*.

Caso os conselhos atuassem 24 horas, o Município não teria uma estrutura de retaguarda. Não há unidade de acolhimento institucional, como foi dito isso aqui, mas eu diria que, antes até da unidade de atendimento institucional, há outras unidades: um programa de família acolhedora, alguma lógica substitutiva que evitasse até a colocação no abrigo. A gente não tem quase nada. A única coisa que tem é a última hipótese a ser aventada, que são alguns poucos abrigos, absolutamente desestruturados.

Os modelos são revitimizadores mesmo. A gente está agora num processo muito recente, muito... Quando eu faço qualquer formação, sinto que as pessoas entendem ainda aquela concepção de direitos humanos focada no bandido, no trem desgovernado que passa lá longe. Então, é preciso trazê-la para a realidade das pessoas, para enxergarem.

Quem atua no atendimento à criança e ao adolescente necessariamente é militante de direitos humanos. Todo o sistema de proteção que se instituiu é dessa forma, é uma dificuldade enorme. Então, é um processo conceitual. Eu acho que atuar numa lógica de planos nacionais de planejamento nos âmbitos estadual e municipal à luz... Quanto a esses planos, eu acho que o mais legal é a natureza conceitual mesmo, é dar uma diretriz, embora agora, por exemplo, no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, o grande barato dele seja — talvez ele até já se constituiu, não é — o programático, de ir mais para o pragmático. Agora já está numa fase até de estruturação de metas e ações.



Eu acho que o se ganha com isso é a gente partir agora para instrumentalizar de uma forma mais prática e mais efetiva a promoção do enfrentamento à violência sexual, torna-la mais eficaz. A gente ainda está na fase de mapeamento, de diagnóstico, de conhecer esse caminho das pedras, literalmente o caminho de pedras. Mas há também algumas metodologias, algumas alternativas interessantes nesse sentido.

Eu não quero me alongar mesmo, mas que acho que o trato do enfrentamento deve se dar no campo de uma proposição, à lógica do que foi apresentado recentemente, mas de uma forma mais visibilizada, tirando a invisibilidade, com um pacto com a sociedade, com o poder público para uma conduta ética, para se discutir uma ética no trato de crianças e adolescentes, sem desqualificar a condição de sujeitos de direitos, enfrentando todas as questões relacionadas à condição peculiar de idade, de efetivação dos direitos no que depende da proteção e da efetivação desses direitos por parte das gerações adultas. E, ainda, no próprio exercício da liberdade sexual, de como se apresentam, com as nuances dessa idade. Eu acho até que o STF já se pronunciou de alguma forma em relação ao que a gente tem de legislação. Não seremos nós que militamos diretamente com esses meninos que temos que ficar cheios de pudor, cheios de medo de falar mais abertamente.

Eu acho que os últimos avanços legislativos são importantes. Nas formações, por exemplo, a gente destaca... Eu vi algumas pessoas falando aqui do afastamento cautelar. É uma inovação o art. 130 do ECA, que prevê a obrigatoriedade, não a lógica que havia... O conselho tutelar pode tirar a criança do convívio familiar, isso já está no ECA há um tempo. A nova reforma prevê que o juiz pode tirar o agressor do convívio familiar ordenando — aí já é o parágrafo único do art. 130 — que ele continue prestando alimentos à família. A preocupação das pessoas é *“Tira-se do convívio familiar e o que...”* Pô, essa foi uma legislação a partir do que todo mundo questionava, mas toda vez que se tira o mantenedor da família, acarreta um prejuízo maior. Deixa-se de envolver apenas uma vítima e se vitimiza a família como um todo. É uma reforma legislativa superimportante no âmbito da prática. Nas últimas formações, a gente sempre conversa e discute com todos esses atores.



Só para finalizar mesmo, eu acho que tem que ser feito também um trabalho de aprimoramento tanto do processo de planejamento da política — estruturação, definição das metas e ações —, quanto dos instrumentais que vão chegar em quem é a ponta de lança. Por que eu digo isso? Porque eu acho que, independentemente da estruturação dos serviços e da falta até de consciência e de sensibilidade dos gestores públicos — pois eu comecei falando que a responsabilidade é deles —, se de alguma forma quem está na ponta está municiado de como fazer e de como estar alinhado ao que hoje existe de moderno — práxis, metodologia, conceito, fluxo, informação —, talvez a gente consiga por outras vias que não a ideal, que historicamente sabemos ser difícil alcançar, promover uma mudança de cultura no nosso País, favorecer os mecanismos de enfrentamento, municiar as pessoas com informação. Então eu acho que esses processos de formação continuada têm que ser instituídos, estes sim, na forma de política pública. É mais barato e é tão eficaz quanto os outros mecanismos.

No mais, é dizer que a Bahia é campeã histórica de violações há muitos anos. É um caso crítico no âmbito nacional, mas que tem dado uma resposta realmente, pelo menos a partir dos últimos 2 ou 3 anos, no sentido de se reconhecer enquanto rede.

E agora só para fechar mesmo. Eu acho que vocês devem coletar as informações do Comitê Estadual para Enfrentamento à Tortura, da própria SEDEC e do UNICEF, que têm relatado todos esses processos de formações com várias autoridades do sistema de garantias de direitos diversas, e a ideia, que também decorreu desse projeto de proteção integral nos megaeventos, da constituição do Núcleo Integrado de Proteção de Direitos de Crianças e Adolescentes. Foi uma proposta superlegal. A gente nunca tinha trabalhado efetivamente no mesmo espaço físico — Defensoria, Polícias, Conselho Tutelar, Promotor de Justiça, advogados, Unidades de Acolhimento Institucional, Serviço de Atendimento Socioeducativo. Foi no mínimo importante esse reconhecimento. É o instrumentalizar. É, na prática, o princípio da articulação e do funcionamento integrado dos órgãos se fazer ali de uma forma mais clara e mais factível, com a gente vendo isso no nosso dia a dia. Pelo menos rendeu algumas conversas, a gente se conheceu melhor um ao outro. Eu acho que esse tipo de modelo tem que ser cada vez mais inspirado. É a lógica que o



ECA determina há muito tempo, mas a gente não avança nessa implementação e não existe integração operacional dos órgãos. Aí a rede não se estrutura e a gente não se reconhece. É basicamente isso. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Erika Kokay) - Gostaria de perguntar à nossa Deputada Relatora se quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Tenente-Coronel Ramalho Neto, da Superintendência de Prevenção à Violência da Secretaria de Segurança Pública, por 2 minutos.

**O SR. JAIME RAMALHO NETO** - Muito obrigado. Esse tempo é mais do que suficiente para eu iluminar alguns pontos que eu acho importante sobre a questão, do ponto de vista da sociedade e do ponto de vista do Estado. Eu queria iluminar a questão do Estado no ponto de vista da estrutura que o Estado brasileiro tem de ser autoritário — de cima pra baixo —, de nos impor as políticas públicas.

A gente tem demandas na Secretaria de Segurança Pública que precisam de aporte orçamentário. Não adianta ficar com discurso do que vou fazer ou deixar de fazer, por conta de dinheiro. Então a minha sugestão, para ser bem objetivo, é que os Ministérios afins ou as políticas transversais abram processos de projetos, de modo que nós possamos apresentar algum projeto transversal na área de gênero, de sexo, na perspectiva da prevenção, que é o mote da minha Superintendência de Prevenção à Violência, porque nós não conseguimos fazer nenhum tipo de qualificação ou intervenção se não houver aporte de dinheiro.

Registro que, por exemplo, a SENASP abre eventualmente algumas janelas para projetos muito rápidos, muito curtos, com 10 milhões de reais para todos os Estados do Brasil. Assim, fica difícil conseguirmos captar dinheiro para fazer um trabalho eficiente com relação à qualificação dos servidores em particular, além de outros tipos de condições para qualificação das delegacias especializadas — como as da mulher, do jovem, do idoso. São demandas que o Estado por si só não tem condições de atender. Então, esta é a sugestão: que nós possamos, a partir da sensibilização, desconstruir a cultura que temos. Eu, como antropólogo, entendo que a desconstrução da contracultura machista, sexista, homofóbica e de todo tipo de discriminação é fundamental para que a gente possa entender e melhorar essa relação.



E um último encaminhamento, Sra. Presidenta. As Prefeituras dos Municípios têm realmente que se adequar a um padrão de ação estatal com projetos. Poderiam apresentar projetos de prevenção à violência, condicionados a um tipo de acesso a verbas, ou pela SENASP ou pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para que cada Prefeito, principalmente das Prefeituras de Municípios com mais de 200 mil habitantes — os que apresentam os problemas mais graves de violência urbana e de ação de criminalidade. Assim, teria que ter projetos, para a gente poder fazer a intervenção. As polícias não podem... A nossa Secretaria, por exemplo, tem limitação orçamentária. E a gente não pode desenvolver nenhum tipo de política se não houver aporte de recursos.

São essas as minhas considerações. Quero agradecer a atenção. E vejo como muito importante o trabalho das senhoras, para que a gente possa avançar em cidadania no Brasil.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Quer perguntar alguma coisa?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Não, eu quero só agradecer a presença de vocês. Nós anotamos aquilo que achamos importante, para fazer recomendações no final desta CPI. Agradeço por vocês terem trazido todas essas informações e terem ficado até agora. Devolvo a palavra à nossa Presidenta. Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Eu pergunto à nossa Deputada se quer fazer uso da palavra.

**A SRA. NEUSA CADORE**- Também eu queria agradecer. Tem pouca gente agora, mas acho que a contribuição dos vários atores que estiveram aqui hoje foi bastante importante para as senhoras e até para a gente. No final, o Dr. Marcus reforçou o que já havia sido falado: nós só conseguiremos avançar em rede. E aqui hoje a gente viu que foi possível o diálogo e a cobrança de coisas muito simples, mas que são fundamentais. Então, acho que é uma lição a mais que a gente tem.

Mas eu queria mais uma vez parabenizar as Deputadas e agradecê-las por terem nos visitado. Com certeza, esta audiência pública vai dar um impulso na luta, o que já é um efeito muito positivo. Muito obrigada.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Neusa. Eu anotei algumas coisas que, eu acho, a gente poderia... Primeiro eu acho que a gente pode sugerir à Secretaria de Direitos Humanos que se reúna com as promotorias, particularmente para fazer uma discussão sobre o Disque 100. As promotorias é que são responsáveis... O Ministério Público é o responsável por acolher as denúncias aqui, e os conselhos tutelares, por acolher as denúncias do Disque 100. A gente pode trabalhar numa legislação para responsabilizar os donos de estabelecimentos comerciais que sejam palcos de crimes contra a criança, como foi sugerido, e para instituir a classificação *Estabelecimento Amigo da Criança*.

Quanto ao depoimento sem dano, talvez valha a pena fazer uma discussão. Há muita resistência do Conselho de Psicologia, porque seria a utilização do profissional psicólogo de forma indevida. É um desvio de função, digamos assim, porque faz com que o psicólogo utilize a sua formação profissional para colher um depoimento, o que não é função dele. Acho que a gente tinha que exaurir essa discussão. Nós temos vários Tribunais e Varas que defendem o depoimento sem dano, mas é preciso construir um consenso com os Conselhos para que não haja uma orientação contrária dos próprios Conselhos. Em vários Tribunais há um setor psicossocial forte. Nós temos em várias Varas um apoio psicossocial que trabalha com isso, em parceria com o próprio juiz. Os Ministérios Públicos e as promotorias muitas vezes têm esse serviço psicossocial. E você poderia utilizar melhor o psicossocial para colher o depoimento sem dano, sem necessariamente violar o exercício profissional dos psicólogos.

Quanto à discussão de se criar seções especializadas, eu concordo com os conselheiros que, acho, já foram. Mas há uma ex-conselheira aqui. É preciso formar os conselheiros, eu não tenho nenhuma dúvida disso, mas é preciso também formar os agentes públicos. É preciso formar os policiais, é preciso formar os servidores dos CREAS, dos CRAS. É preciso, inclusive, criar as seções especializadas em atendimento à criança e ao adolescente. Em alguns locais do Brasil existe a seção especializada em atendimento à mulher. Não há Delegacia de Atendimento à Mulher em todos os Municípios, mas em todas as delegacias existem as seções especializadas. Em Brasília, uma lei assegurou as seções especializadas para mulheres, até de iniciativa do próprio Legislativo, porque não necessariamente



significa a contratação de alguém mais, mas a formação para que, em cada delegacia, haja atendimento especializado num setor historicamente vulnerabilizado.

Aqui foi anotada e a gente vai encaminhar inclusive para a Secretaria de Direitos Humanos, Francisco, a sugestão de que todas as campanhas sejam feitas em mais de um idioma — em espanhol, em inglês — , na medida em que elas vão ser dirigidas às pessoas que chegam ao País.

As medidas protetivas para as crianças já são previstas hoje, na modificação do art. 130, como esclareceu bem o Marcus Vinícius. Foram sugeridas aqui também as medidas protetivas, mas a gente precisa trabalhar no projeto que está na Comissão de Finanças e Tributação para receber parecer quanto à adequação financeira, do qual eu sou Relatora. O projeto não é adequado financeiramente, porque estabelece um custo sem previsão orçamentária. A CFT não analisa o mérito, analisa a adequação financeira. É um projeto que assegura uma bolsa para as mulheres vítimas de violência. Isso é de iniciativa estrita do Executivo e não pode ser criado pelo Legislativo sem previsão.

Nós estamos querendo fazer um substitutivo — ainda está em construção e é uma ideia a ser aprimorada — que assegure a inclusão das mulheres nos programas de combate à fome e à miséria. Ou seja, que você assegure a essa mulher — que tem a renda do ex-marido e está na linha de corte dos programas — vítima de violência ou à mulher em cujo lar a violência doméstica, qualquer que seja, atinja as crianças, a inclusão nos programas sociais de transferência de renda do próprio Governo, ou seja, que seja desconsiderada a renda do marido.

É uma construção que a gente está fazendo, é um mandraquismo, digamos assim, para assegurar a autonomia financeira da mulher vítima de violência, para que a falta de autonomia não a faça suportar uma situação de violência. A gente pode estender aos casos em que a violência doméstica envolva também as crianças, e não necessariamente só a mulher, de modo que ela possa ser incluída nos programas de transferência de renda, nas condições *per capita* de 70 reais do Brasil Carinhoso...

**O SR. JAIME RAMALHO NETO** - Já são incluídas no Programa de habitação Minha Casa, Minha Vida.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Também. Tanto no programa de habitação quanto nos programas de transferência de renda — que ela possa ser incluída.

**A SRA. VALDELICE MACHADO DE MOURA** - Elas são incluídas nesses programas que a gente tem aqui em Salvador.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas aí ela só é incluída de acordo com a renda familiar. E se o marido tem renda... Seria um outro critério. Ela se inclui no programa... É uma construção para a gente fazer nesse substitutivo. Eu penso nesse substitutivo, mas pode ser uma outra construção, para que a mulher possa ser incluída em um programa que assegure transferência de renda e o acesso a outras políticas, porque o CadÚnico está sendo objeto de uma série de políticas. Aqui a Prefeitura nos dizia que vai fazer um programa especial para as 60 mil famílias... São famílias ou pessoas?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - São 60 mil famílias.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - São as 60 mil famílias mais pobres do Município, que teriam uma poupança e tal. Enfim, é um programa especial para essas 60 mil famílias, que está em discussão com o Banco Mundial, e que ele poderia anunciar. Eu penso assim que... Mas é uma poupança. É um programa que já houve em Brasília, inclusive, a poupança-escola. O menino, quando acaba o ano, tem aquele recurso; no terceiro ano ele tem mais recursos. Seria uma pontuação. Se o menino passa de ano, tem uma pontuação. Enfim, eu não sei os critérios em detalhe, mas eu penso que a gente poderia trabalhar a inclusão das mulheres vítimas de violência ou das mulheres que estejam em domicílios que sejam palco de violência, para incluir as crianças. Seria um projeto como esse.

Eu acho que a gente tinha que sugerir aqui a criação do Centro Integral. Eu sei que tem o Programa VIVER. Eu acho complicado; nunca vi um caso em que a Secretaria de Segurança forneça o atendimento. Nada contra a Secretaria de Segurança, mas acho bom haver os mais diversos programas possíveis. Mas onde entra a saúde nessa história? Isso tinha que ser incluído na atenção à saúde, nos PSFs — aqui a cobertura deles é muito pequena. Dizia o Prefeito que era 17% ou 13%, ele aumentou em 23%, ou alguma coisa assim. Mas ainda é muito pequena a



cobertura. Tinha-se que assegurar no sistema de saúde a atenção às vítimas de violência.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres está criando o Mulher: Viver sem Violência, que inclui o acesso aos programas e às políticas públicas, inclusive habitacionais; que assegura um centro integrado de atendimento às mulheres vítimas de violência. A gente tinha que estender isso também para as crianças, ou criar centros integrados. O Governador do Acre, por exemplo, disse que iria criar o Centro Integrado de Atendimento e iria nos convidar para ir lá. É unificar os setores, os segmentos. Você unifica o IML e o humaniza, dando um recorte de atendimento à criança. Você faz o atendimento multidisciplinar na área de saúde. Estão lá a Defensoria, a Promotoria. Há série de serviços oferecidos de forma integrada.

Sem querer prejudicar, mas o Projeto Viver não pode ser a única instituição, o único programa em que se tem esse atendimento multidisciplinar. Primeiro, porque ele é localizado aqui, então não atende ao conjunto do Estado. Parece-me que este é o 4º maior Estado do Brasil e a segunda maior malha viária. Então, é um Estado de proporções muito grandes. Você tem que pensar o Estado como um todo. Ele não pode ser um Estado centrado na metrópole, porque a lógica tem que ser inversa, de se jogar o serviço para se eliminar a densidade existente, pois ocorre uma série de problemas nas metrópoles.

**A SRA. ANA CRÍCIA DE ARAÚJO ALMEIDA MACEDO** - É uma colocação breve. A associação desse atendimento junto com o IML é muito favorecedora, principalmente para a vítima de violência sexual, claro, porque ela já teria o atendimento médico imediato — a pílula do dia seguinte, para evitar gravidez; o coquetel anti-HIV, para evitar a doença — e tratamentos, que funcionam como uma forma de diminuir a violência sofrida. Então, é importante a associação desse serviço junto ao IML, porque a vítima é encaminhada para o IML para logo ter esse atendimento, que é rápido e funciona.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nesse programa Mulher, Viver sem Violência foi estabelecido um convênio entre a Justiça e a Saúde. Os médicos que fazem o atendimento já colhem as provas, então, você prescinde da ida ao IML. Eu estou dizendo o seguinte: no próprio sistema de saúde, os médicos serão capacitados nessa perspectiva, os médicos da rede, para que possam atender



as vítimas de violência e já colher as provas, evitando a via-crúcis. Mas os centros integrados funcionam na questão da mulher.

Tem também uma legislação que foi aprovada, com relação a todas as vítimas de violência sexual, quaisquer que sejam. É um projeto da Deputada Iara Bernardi, sancionado pela Presidenta Dilma, que prevê, em todas as unidades hospitalares — em todas elas —, o atendimento multidisciplinar, com coquetel antiviral, prevenção de AIDS, prevenção de DST, pílula do dia seguinte. Inclusive houve uma polêmica muito grande porque um setor da Igreja queria tirar a profilaxia da gravidez, que seria a pílula do dia seguinte. E teve uma pressão muito grande para que a Presidenta Dilma vetasse esse aspecto. Mas, como já tem o aborto legal no Brasil, para as vítimas de violência sexual, se você tira a pílula do dia seguinte, vai possibilitar que se faça o aborto, que é previsto na legislação. Enfim, foi sancionado o projeto. Então, tem esse instrumento.

O que eu quero dizer é o seguinte: não tem sentido as unidades de saúde, inclusive os hospitais, não atenderem de forma multidisciplinar, como prevê a lei, as vítimas de violência sexual, quaisquer que sejam — crianças, adolescentes ou mulheres —, para que elas possam ter um atendimento humanizado. Inclusive deve-se colher provas, porque isso já está assegurado, não na legislação, mas no projeto que foi feito, do Mulher, Viver sem Violência, esse programa que envolve colher as provas na própria unidade de saúde, porque o próprio médico que atende a mulher faz o laudo do IML, e esse laudo passa a ter validade do ponto de vista de um processo.

Mas a gente vai sugerir ao Governador que seja criado um centro integrado de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência com todos esses serviços.

O último, e depois eu lhe passo a palavra, é trabalhar com a legislação nacional, para a gente tentar controlar o nível de destilação de ódio que tem. O ódio que eu falo é assim: a lógica sexista é uma lógica de ódio, a lógica homofóbica é de ódio, a lógica racista é de ódio, porque elas estimulam o ódio, estimulam a apartação da humanidade. É preciso trabalhar com uma propaganda nesse sentido.

A gente tem um projeto na Câmara, que eu acho difícil que a gente consiga aprovar, que proíbe propaganda para o público infantil, para não estimular o



consumismo, a obesidade, enfim, uma série de coisas. É difícil que a gente o aprove, mas precisamos tentar trabalhar nos moldes do projeto da Deputada, entendendo tudo isso, entendendo que você não pode ter uma sociedade ascética, que você tem que considerar os direitos sexuais da própria criança.

Mas penso que há muito abuso. Recentemente, tinha uma propaganda, que foi retirada, de “negra encorpada”, que seria uma cerveja — não sei qual é, Devassa ou alguma coisa assim —, em que havia uma negra com um corpo... Era uma propaganda de cerveja, o que é uma coisificação inadmissível. Essa propaganda foi retirada.

Nós temos um projeto para assegurar uma multa — o projeto dela assegura isso também —, para que não seja apenas retirada, mas que seja imposta uma multa que sirva para as políticas de igualdade de direitos entre homens e mulheres, enfim, da forma como for caracterizada a discriminação.

Vera, você quer fazer uso da palavra?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES** - Quero rapidinho.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, diga.

**A SRA. VERA LUCIA SANTOS GUIMARÃES** - Isso me traz um alento muito grande, esse projeto que a senhora sugere, de dar um aporte a vítimas de violência, porque eu tenho inúmeros casos de meninas que a gente conseguiu tirar da exploração sexual, conseguiu colocar no mercado de trabalho através do Jovem Aprendiz, com a parceria que a gente tem com a Procuradoria do Ministério Público do Trabalho. Mas eu tenho alguns casos como o que a gente recebeu, de uma menina com 14 anos, sem nem ter ido à escola. Ela tem um filho, como eu falei antes, do pai. Ela tem hoje 17 anos, porque ele vinha abusando dela desde os 7 anos de idade. O filhinho dela tem 13 anos, e ela está na 2ª série do primário. Seria fantasiar dizer que, em 1 ano, a gente vai conseguir que ela se autossustente.

E como eu tenho um convênio para acolher criança e adolescente, há uma pressão para, aos 18 anos, ter um desacolhimento. Então, a gente precisa desse outro suporte, senão é maquiagem! Você tira a menina da rua, você tira da exploração sexual, você para o abuso, e depois? Você vai abrir a porta da casa de proteção e dizer: “*A rua te espera*”?



Então, essas iniciativas — por isso eu fiz questão de vir fazer uso da palavra — são de fundamental importância para que a gente trabalhe, reduzindo ao máximo ou aniquilando essa situação, porque, se uma adolescente destas não tiver o suporte necessário, infelizmente ela será mais uma prostituída na rua, porque adolescente não é prostituta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É verdade. Então, nesse projeto da Casa das Mulheres há a previsão de casas de passagem também. É preciso que você tenha um instrumento para que ela possa ficar acolhida até que possa ter a autonomia para desenvolver a sua vida.

Portanto, nós vamos sugerir esse centro integrado ao Governador, para que ele possa...

**O SR. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - Acho que cabia o Governo Federal desenvolver umas (*ininteligível*).

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Das mulheres.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - Das mulheres. Se vai se inspirar nisso, acionar também o Governo Federal, porque um ótimo financiador para qualquer entidade federativa é o recurso federal.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim. E muitas vezes...

**O SR. MARCUS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - (*Ininteligível*) na Bahia não vai se implementar, se não for uma lógica (*ininteligível*) edital.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pois é, então veja: eu não sei se aqui já tem previsão da Casa da Mulher.

**A SRA. NEUSA CADORE** - Tem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Tem, não é?

**O SR. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - Tem no âmbito da (*ininteligível*).

**A SRA. NEUSA CADORE** - Falei com a Secretária Lucinha hoje, e o edital vai vir do Governo Federal e está previsto para este ano.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Esse projeto é o programa que tem a Casa da Mulher, que tem a coleta de provas humanizadas, que tem



propaganda permanente, uma campanha permanente. É o programa do Governo Federal, o Mulher, Viver sem Violência.

Agora, o que a gente precisava era tentar fazer um modelo semelhante ou o mesmo modelo, porque tem espaço para as mulheres levarem as crianças. Mas e quando a vítima não for a mulher, for a criança? Então, a gente tinha que tentar trabalhar. A gente pode discutir isso com a Ministra.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - *(Ininteligível)* ele tem um modelo arquitetônico.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ele tem um modelo arquitetônico. Tem.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - A gente precisa discutir como adequa isso ou pensar num específico.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ou pensar num específico, que seria para as crianças e adolescentes vítimas de violência. A gente pode falar com a Secretária Angélica Goulart, a gente pode falar com ela, conversar com ela sobre isso, ou com a própria Ministra. Vai ter amanhã o lançamento das ações do Proteja, e eu acho que, dentre essas ações, tinha que ter a atenção integrada.

A verdade é o seguinte: você tem que agregar ao que já tem. Você já tem a legislação que assegura a obrigatoriedade do atendimento multidisciplinar na rede de saúde; você já tem um programa que é específico para as mulheres, em que você pode agregar às crianças e adolescentes vítimas de violência ou construir algo semelhante, com o recorte de crianças e adolescentes. Tem que trabalhar nessa perspectiva.

Eu acho que é importante a questão da Copa. O Governo Federal está envolvido nisso agora. Esta cartilha aqui a gente recebeu lá no seminário. Foi a Bahia que... Veja, o representante do Rio de Janeiro não esteve presente porque ficou sem voo, porque estava havendo um greve, alguma coisa assim. Então, parece que o Rio de Janeiro também tem alguma coisa semelhante, porque são locais que recebem já um fluxo grande de turistas. Mas a Bahia fez diferença com essa...

**O SR. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - É, foi construído com uma rede.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pois é. Com esse fluxo e tal, com a questão dos locais de acolhimento das crianças em grandes eventos e tal, a Bahia fez muita diferença no seminário, era a que mais tinha algo a apresentar. Eram nove Unidades da Federação. O Rio não foi por conta desse problema. Eu não conheço a experiência do Rio, mas dizem que tem alguma coisa também. Mas, do ponto de vista das outras Unidades da Federação que estavam acolhendo a Copa das Confederações, a Bahia fez a diferença porque tinha um material já com fluxo definido e tal, uma construção coletiva, enfim.

Eu vou encerrar e apenas lembrar o seguinte: aqui está mais evidente do que em outros lugares a desestruturação da rede. Está muito visível isso. Em todos os lugares, nós temos dificuldade na rede, mas aqui está muito visível que a rede, como disse o Marcus Vinícius, não se reconhece enquanto tal, não se reconhece, não está estruturada. Sem rede, nós não caminhamos nem um passo, é muito difícil, porque temos uma incompletude institucional que precisa ser superada com a formatação de rede. Com a rede, você identifica parceiros, a rede possibilita territorializar, a rede territorializa. É importante territorializar, você identificar, em cada território, quais são as condições, quais são os parceiros, quais são os instrumentos, quais são os equipamentos, o que você tem — o PAIF faz um pouco isso.

Acho que chama bem a atenção a precariedade do funcionamento da rede aqui no Estado da Bahia. Talvez isso aconteça em função da amplitude do Estado, mas é mais visível aqui do que, por exemplo, em Manaus. No Amazonas — não digo em Manaus — tem lugar a que você não chega de jeito nenhum, você só chega de barco, de avião e tal.

**A SRA. NEUSA CADORE** - Não tem malha viária.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Não tem malha viária. A malha...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Primeiro, tem que viajar de barco por não sei quanto tempo, para poder chegar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É, para poder chegar. E aqui ficou mais visível essa precariedade da rede.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Isso é bom.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Mas eu acho que tem, sim, sensibilidade do Governador. Eu achei que há prontidão do Prefeito, mas o Prefeito não tem como avaliar ainda, porque é muito recente, não dá para você acreditar que vai resolver os problemas que havia. Mas vi muita disposição, em princípio, do Prefeito, a sensibilidade do Governador nessa temática, enfim.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas a OAB não pode provocar essa união da rede? Vocês podem provocar isso.

**O SR. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES** - A própria OAB, eu acho que *(ininteligível)*.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Então? Mas aí, eu acho você tão articulado, de repente, daqui já sair e começar a...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Isso, provoca isso. Vai ser bom.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Isso é bom.

Bom, eu queria agradecer a presença da Neusa, agradecer a todos e todas que ficaram heroicamente, até o final desta audiência pública. Ela vai fazer parte dos Anais, e nós vamos encaminhar essas propostas que estão aqui, que foi a contribuição que nós conseguimos apreender. É óbvio que a Relatora vai ter, também depois, a possibilidade de analisar com mais acuidade todas as sugestões aqui.

Aqui também foi o local onde mais a gente viu essa questão do Disque 100, embora a gente tenha visto em outros locais. Então, a gente precisa propor à Ministra que faça uma reunião com os Ministérios Públicos, chamando os representantes de cada Estado, para discutir essa questão do Disque 100.

A Secretaria de Direitos Humanos está discutindo o acompanhamento do Disque 100. Tudo bem, você tem um pouco que ele se fortaleceu, ele está bem presente, o Disque 100, tanto que aumentou sobremaneira o número de denúncias. Isso é bom. Agora, é preciso ver o que acontece depois, o que acontece depois da própria denúncia.



Bom, enfim, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença a todas e todos e agradeço, mais uma vez, ao Deputado Marcelo Nilo. Transmita-lhe, Deputada Neusa, os nossos agradecimentos mais uma vez, porque nos colocou a estrutura com acessibilidade. Agradeço muito a presença da Deputada Neusa aqui, que tem uma história importante na nossa cidade de Salvador, que é a cidade de todos os santos e de todos os brasileiros e brasileiras também, não apenas de todos os santos.

**A SRA. VALDELICE MACHADO DE MOURA** - Essas audiências: tem como estendê-las? Por exemplo, nós sabemos que Feira de Santana é uma rota de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes. Eu gostaria que isso fosse estendido para Feira de Santana, que não tem Delegacia da Criança e do Adolescente, não tem o CEDECA para fazer...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Tem que ser sugerido por algum Parlamentar.

**A SRA. VALDELICE MACHADO DE MOURA** - Eu estou sugerindo à Deputada aí para que veja isso, porque lá é uma rota (*ininteligível*).

**A SRA. NEUSA CADORE** - Vou solicitar à Comissão, então.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Da mulher, não é?

**A SRA. VALDELICE MACHADO DE MOURA** - Nós temos um mercado municipal lá, e se a senhora levar 10 minutos, a senhora vai ver, a senhora vai ficar indignada (*ininteligível*).

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Veja, nós já estivemos mais de uma vez, no Amazonas; já vamos agora pela segunda ou terceira vez, não sei, à Paraíba, porque nós vamos agora ao interior da Paraíba. É em Patos que nós vamos, Francisco? Em Patos ou em Sousa?

**O SR. FRANCISCO DINIZ** - Patos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos a Patos, na Paraíba, que é no interior. Se bem que Feira de Santana não é bem interior, mas...

**A SRA. VALDELICE MACHADO DE MOURA** - É uma rota, porque tem a 101, que é uma rota de exploração sexual. É uma rota, sem falar na 324 e na 116. Mas a 101 é o centro da exploração sexual.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Precisava que alguém fizesse o requerimento, e a gente pode ir. A CPI está com pouco tempo agora, porque está acabando o ano e a gente deve, segundo a Relatora, fazer a entrega do relatório em maio. Mas qualquer Deputado da CPI pode solicitar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. NEUSA CADORE** - Tudo bem. A gente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ou a Comissão da Mulher fazendo, pode também encaminhar um convite para a CPI, para que a gente possa participar e fazer em conjunto. Pode ser também.

**A SRA. NEUSA CADORE** - Vamos fazer. Nós temos previsão de fazer uma audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas, mas, diante da boa vontade manifestada aqui, eu acho que reforça, e a gente faz um convite formal.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - A CPI pode fazer um convite formal à CPI da Exploração, e a gente pode construir um requerimento nesse sentido.

Bom, eu queria, mais uma vez, agradecer a todas e todos e declarar encerrada a presente audiência. Antes, porém, convoco reunião desta CPI para o próximo dia 25, no Rio de Janeiro.

Com essas informações, declaro encerrada a presente audiência.